



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

RELATÓRIO FINAL DE INSPEÇÃO

Bem-estar animal: custódia e manutenção de equipamentos públicos para cuidados animais

(Processo nº 00600-00015996/2023-84-e)



Brasília (DF), agosto de 2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

RELATÓRIO FINAL DE INSPEÇÃO Nº 01/2024

Brasília (DF), 5 de agosto de 2024.

Processo nº: 00600-00015996/2023-84-e

Jurisdicionados: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF e Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Assunto: Inspeção

Ementa: Inspeção. Fiscalização do bem-estar animal: avaliação da adequada custódia e manutenção de equipamentos públicos para cuidados animais. Subsídio ao Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas de Governo do exercício de 2023. Relatório Prévio de Inspeção nº 1/2024. Decisão nº 1.915/2024. Manifestação dos jurisdicionados. **Nessa fase:** apresentação do Relatório Final de Inspeção.

Senhor Secretário,

Tratam os autos de inspeção para a “*fiscalização do bem-estar animal: avaliação da adequada custódia e manutenção de equipamentos públicos para cuidados animais*”, para subsidiar a análise de Contas Anuais do Governo referentes ao exercício de 2023, autorizada por meio do Despacho do Relator das Contas Conselheiro André Clemente (e-DOC DD98BB53, peça 4).

2. Nesta fase processual, apresentam-se os resultados da inspeção realizada para apurar fatos relacionados à fiscalização supracitada. O trabalho foi realizado no âmbito da PMDF (Batalhão de Policiamento com Cães – BPCães), CBMDF (Canil do Grupamento de Busca e Salvamento - GBS) e Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB durante os meses de dezembro de 2023 a abril de 2024.

3. Este relatório encontra-se estruturado de acordo com os seguintes tópicos:

- I. **CONTEXTUALIZAÇÃO**
- II. **APRESENTAÇÃO**
- III. **RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO**
 - **Achado 1 - Deficiência da estrutura física disponível aos animais sob a custódia do Jardim Zoológico**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

- **Achado 2 - Condições precárias nos alojamentos dos policiais militares com limitação da diversidade de gênero**
- **Achado 3 - Deficiência na infraestrutura e insumos para assistência médica veterinária disponibilizada aos animais do Zoológico**
- **Achado 4 - Falhas estruturais e de planejamento referentes a disponibilização de água e alimentos aos animais**
- **Achado 5 - Inexistência de plano de segurança em casos de evasão de animais do zoológico**
- **Achado 6 - Insuficiência de servidores efetivos para atuação na área fim da instituição**

IV. PROPOSIÇÕES

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

4. No âmbito do processo 00600-00007380/2023-30-e, este Tribunal realiza fiscalização que tem como foco auditoria operacional cujo objetivo é avaliar a formulação e implementação de políticas públicas no Distrito Federal, conforme autorização estabelecida no Plano Geral de Fiscalização para o exercício de 2023¹.

5. Naqueles autos, o Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria foi remetido² ao i. Conselheiro André Clemente, Relator das Contas do Governo referentes ao exercício de 2023³, para exame e anuência da fase de planejamento da fiscalização⁴. Por conseguinte, foram indicados no Despacho e-Doc CC265C41-e⁵ de sua autoria novos jurisdicionados para compor o escopo da auditoria, pois poderiam ***“ser importantes agentes na aplicação de políticas públicas voltadas à causa animal”***.

6. Contudo, em razão das limitações inerentes ao escopo inicialmente delineado e considerando a distinta natureza e complexidade da temática apresentada pelos novos jurisdicionados a serem incorporados, entendeu-se pertinente a instauração dos presentes autos, próprios para a adição proposta, a fim de assegurar a devida especialização e aprofundamento na análise dos elementos introduzidos.

7. Dessa forma, foi proposto ao nobre relator, por meio do Informação nº 27/2023-DIAPREX⁶, o presente processo de inspeção com o tema ***“Fiscalização do Bem-Estar Animal: Garantia da Adequada Custódia e Manutenção de Equipamentos Públicos para Cuidados Animais”***, a fim de examinar as medidas implementadas pelo

¹ Peça 2 do Processo nº 00600-00012455/2022-13-e (e-DOC A5B293AC). Aprovado pelo Tribunal por meio da Decisão Administrativa nº 71/2022 e inserido no PGA 2023, o qual foi aprovado por esta Corte pela Decisão nº 85/2022 (Processo nº 00600-00012582/2022-12-e), c/c Despacho s/nº - GCAC, datado de 25/05/2023 (peça 4 dos referidos autos).

² Ata da Sessão Ordinária nº 5314, de 14/09/2022 (DODF nº 181, de 26/09/2022, pág. 47).

³ Peça 27 do Processo nº 00600-00007380/2023-30-e.

⁴ Peças 23, 24 e 25 do Processo nº 00600-00007380/2023-30-e.

⁵ Peça 28 do Processo nº 00600-00007380/2023-30-e.

⁶ Peça 1, e-DOC 0B6DD08C-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

GDF para garantir o bem-estar dos animais sob sua custódia, e os equipamentos públicos destinados à prestação de serviços necessários aos cuidados animais.

8. Ainda, diante da abrangência do tema, indicou-se como jurisdicionados para a presente fiscalização a Fundação Jardim Zoológico de Brasília, o Batalhão de Policiamento com Cães – BPCães e o Canil do Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

9. Nesse contexto, nos termos do art. 233 do RI/TCDF, aprovado pela Resolução nº 296/2016, o Senhor Conselheiro Relator André Clemente proferiu o Despacho⁷, que autorizou a realização da presente inspeção a fim de obter informações pertinentes à instrução dos autos.

10. Na última fase processual, esta equipe da Divisão de Auditoria Financeira e de Programas – DIAFI elaborou o **Relatório Prévio de Inspeção nº 1/2024**⁸ com os resultados da fiscalização, o qual foi encaminhado aos gestores para manifestação em atendimento à **Decisão Ordinária nº 1.915/2024**⁹:

“II – autorizar o encaminhamento de cópia do Relatório Prévio de Inspeção nº 01/2024-DIAFI às unidades abaixo relacionadas, com amparo no art. 41, § 2º, da LC 01/1994, c/c os arts. 1º e 2º da Resolução TCDF nº 271/2014, para conhecimento e manifestação, no prazo de 20 (vinte) dias, acerca do teor do Relatório nº 01/2024-DIAFI em exame, encaminhando seus argumentos e eventuais documentações comprobatórias, no caso de discordância, conforme o seguinte: a) Polícia Militar do Distrito Federal PMDF: achados 1 e 2; b) Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal CBMDF: achados 1, 2 e 3; c) Fundação Jardim Zoológico de Brasília: achados 1, 3, 4, 5 e 6; d) Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF: achado 6; III – alertar os gestores de que: a) o mérito dessa versão ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal, de que as propostas de correção ou melhorias não possuem caráter cogente neste momento e de que os esclarecimentos prestados serão considerados pela equipe técnica na avaliação da pertinência dos achados e proposições na elaboração da versão final do Relatório de Inspeção nº 01/2024DIAFI; b) o prazo fixado para a manifestação é improrrogável, conforme o art. 1º da Resolução nº 271/2014, e de que a não apresentação das considerações neste prazo enseja a perda da oportunidade de se manifestar previamente à deliberação plenária; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública - SEMAG, para a elaboração do Relatório Final de Inspeção.

⁷ Peça 4, e-DOC DD98BB53.

⁸ Peça 15, e-DOC EA0D6630-e,

⁹ Peça nº 20.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

11. Os ofícios de envio da decisão para ciência e as respectivas manifestações apresentadas para essa fase processual estão resumidos no quadro abaixo:

QUADRO 1 – CONTROLE DE CIÊNCIA E MANIFESTAÇÃO

Órgão	Ofício	Recebimento	Manifestação
Política Militar do DF	Ofício nº 4076/2024-SS (peça 24)	06/06/2024 (peça 28)	Sem manifestação
Corpo de Bombeiros Militar do DF	Ofício nº 4077/2024-SS (peça 23)	06/06/24 (peça 25)	Ofício nº 1164/2024 – CBMDF/GABCG (peça 34) e anexo (peça 33)
Fundação Jardim Zoológico de Brasília	Ofício nº 4078/2024-SS (peça 22)	10/06/2024 (peça 27)	Ofício nº 319/2024 – FJZB/GAB (peça 32) e anexos (peças 31 e 35)
Secretaria de Estado de Economia do DF	Ofício nº 4079/2024-SS (peça 21)	10/06/2024 (peça 26)	Ofício nº 3613/2024 – SEEC/GAB (peça 30) e anexo (peça 29)

II. APRESENTAÇÃO

12. Trata-se de inspeção autorizada pelo Relator das Contas de Governo, Conselheiro André Clemente¹⁰, cuja equipe foi designada pelo titular da Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública¹¹, tendo como tema a avaliação do bem-estar animal.

1. Identificação do Objeto

13. O objeto da fiscalização consistiu na avaliação da adequada custódia e manutenção de equipamentos públicos para cuidados animais no âmbito do Zoológico de Brasília, BPCães e Canil do Grupamento de Busca e Salvamento do CBMDF.

14. A referida fiscalização teve como origem demanda do Conselheiro Relator das Contas de Governo no âmbito de um processo de **auditoria operacional** e, por esse motivo, bem como pela temática, a inspeção manteve o **aspecto operacional**, a fim de servir como subsídio ao Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas de Governo do exercício de 2023.

15. Inicialmente, importante destacar que a fiscalização do bem-estar animal é uma preocupação cada vez mais presente nas legislações e estudos relacionados à proteção dos animais. Em um contexto mais amplo, a promoção do bem-estar animal reflete uma evolução na forma como a sociedade encara sua responsabilidade em relação aos outros seres vivos.

¹⁰ Peça 4, Despacho e-DOC DD98BB53.

¹¹ Peça 5, e-DOC D6B14025-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

16. Sob esse prisma, a Organização das Nações Unidas – ONU demonstrou uma crescente preocupação com o bem-estar animal, reconhecendo sua importância não apenas do ponto de vista ético, mas também como elemento crucial para a promoção do desenvolvimento sustentável global. A inclusão do bem-estar animal nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reflete o entendimento de que o tratamento ético dos animais está intrinsecamente ligado à preservação da biodiversidade:

ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade¹². (grifou-se)

17. Iniciativas relacionadas à proteção animal também foram previstas no Plano Estratégico do Distrito Federal Distrital, eixo de Meio Ambiente, objetivando o aumento das medidas de proteção da fauna para espécies prioritárias¹³.

18. Diversos métodos podem ser empregados para proteger a biodiversidade contra ameaças, sendo a conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais uma abordagem viável. Os zoológicos, por exemplo, podem desempenhar um papel significativo na preservação da biodiversidade ao servirem como ferramenta para proteger espécies ameaçadas de extinção.

19. Em outro aspecto, destaca-se que, desde 2007, o DF contempla Lei de combate aos maus-tratos a animais, definindo sanções e exigências para sua defesa, como alojamentos adequados, alimentação, saúde e bem-estar, com destaque para sua abrangência:

Lei nº 4060/2007: Art. 1º **Todo aquele que**, por ação ou omissão, **concorra para a prática de maus-tratos a animais, verificada em local público** ou privado, seja ou não o infrator o respectivo proprietário ou tutor, pessoa física ou jurídica, **de direito público** ou privado, **inclusive detentor de função pública**, responde pelo descumprimento do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras cominações legais. (grifou-se)

20. Nesse sentido, é nítida a necessidade de atenção e cuidado das unidades públicas distritais que possuem animais sob sua custódia como o Zoológico, BPcães (PMDF) e GBS (CBMDF).

21. Sobre as atividades desempenhadas pelos animais sob a custódia dos órgãos militares, destaca-se que há, no BPCÃES, três modalidades desenvolvidas, quais sejam a Detecção de Drogas e Armas, a Detecção de Explosivos e a Busca e Captura, além de apoios operacionais solicitados pelas diversas unidades

¹² Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/15>. Acesso em 07.02.2024.

¹³ Disponível em: https://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/06/01.Book_PEDF.pdf. Acesso em 07.02.2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

de área (Batalhões das Regiões Administrativas do DF) e representações em eventos educacionais/sociais¹⁴.

22. O GBS, por meio do seu canil, desempenha a atividade de busca por pessoas perdidas e desaparecidas, utilizando cães especialmente treinados. Esses animais atuam na localização de indivíduos em diversos cenários, como matas, escombros e ambientes aquáticos, tanto em situações de vida como de óbito, prestando apoio às polícias militar e civil, inclusive em operações interestaduais e internacionais (como no caso do desastre de Brumadinho¹⁵). Além disso, os cães participam de atividades sociais, visitando escolas públicas, eventos comunitários e oferecendo cinoterapia a crianças e idosos enfermos¹⁶.

2. Objetivo geral e questões de inspeção

23. O objetivo geral do presente trabalho foi avaliar a adequada custódia e manutenção de equipamentos públicos para cuidados animais, dentro do contexto de 3 (três) unidades distritais: Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, o Batalhão de Policiamento com Cães – BPcães e o Canil do Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

24. Os objetivos específicos desta fiscalização, registrados em Matriz de Planejamento (peça 13), compõe-se das seguintes questões de inspeção:

- 1) A infraestrutura física disponível dos equipamentos públicos é adequada o suficiente para garantir o bem-estar dos animais e dos trabalhadores diretamente relacionados aos seus cuidados?
- 2) Os animais sob a custódia estatal recebem cuidados médicos adequados?
- 3) As unidades estão devidamente organizadas para garantir a prestação adequada de tratamento animal?

3. Escopo

25. A presente inspeção buscou avaliar aspectos operacionais relacionados à estruturação do GDF para garantir o bem-estar dos animais sob sua custódia.

26. Nesse contexto, foram verificados aspectos alusivos à infraestrutura física disponível dos equipamentos públicos, tanto para os animais quanto para seus cuidadores; como são realizados os cuidados médicos (diretos ou indiretos); e como as unidades estão organizadas para o tratamento dos animais (recursos humanos, capacitações, equipamentos, alimentação, água e protocolos).

¹⁴ DA01.

¹⁵ Os cães Delta, Baruk, Atena e Bolt que foram cães doados pela empresa Vale após a participação do CBMDF no desastre de Brumadinho - em que os cães Bacco, Nikki, Thor (aposentado) e Zeca (aposentado) participaram.

¹⁶ DA02_02.



27. Observa-se, assim, que a avaliação teve como objeto a estrutura física, o plantel de animais e seus cuidados médicos, os contratos administrativos relacionados e a organização administrativa das unidades no que diz respeito ao tratamento dos animais.

28. O escopo temporal das avaliações se concentrou, predominantemente, em 2023.

4. Metodologia

29. A fim de obter evidências para avaliar o objetivo do trabalho, a equipe realizou visitas *in loco* e entrevistas nas 3 (três) unidades fiscalizadas, bem como realizou o exame das informações e documentos requisitados nas Notas de Inspeção nºs 1 a 8.

30. A técnica das entrevistas foi utilizada a fim de conhecer todo o contexto do cuidado realizado pelas unidades com os animais sob sua custódia, bem como para definir o escopo e quais atividades e tópicos seriam prioritários para a presente inspeção. O exame documental foi usado para aferir os controles, processos, organização, bem como para oportunizar os jurisdicionados em descrever o quadro situacional de suas unidades em relação aos pontos em avaliação: infraestrutura, cuidados médicos e organização das unidades para o trato animal.

31. Além disso, utilizamos a técnica de verificação *in loco* para averiguar as condições do ambiente dos animais, de seus cuidadores e da estrutura para tratamento medicinal, quando existente.

5. Critérios

32. Os critérios da Questão de Inspeção nº 1, “*A infraestrutura física disponível dos equipamentos públicos é adequada o suficiente para garantir o bem-estar dos animais e dos trabalhadores diretamente relacionados aos seus cuidados?*”, dizem respeito aos locais visitados, aferindo se as condições do acondicionamento dos animais estão adequadas. Ademais, também foram visitados e avaliados os alojamentos em que os militares da PMDF e CBMDF, diretamente relacionados aos cuidados dos animais, passam pelo pernoite e horários de descanso.

33. Já os critérios referentes à Questão de Inspeção nº 2, “*Os animais sob a custódia estatal recebem cuidados médicos adequados?*”, abrangem os locais, contratos e normativos internos que dizem respeito aos tratamentos medicinais dos animais. Como parâmetro, além das condições físicas e estruturais, aferiu-se a existência e suficiência de contratos de medicamentos, laboratoriais e de clínica médica. Também foram verificados a existência e gestão do histórico dos prontuários dos animais.

34. Por fim, os critérios da Questão de Inspeção nº 3, “*As unidades estão devidamente organizadas para garantir a prestação adequada de tratamento animal?*”, aferiram de uma forma ampla a organização das unidades para dispor de um tratamento adequado aos animais, levando em consideração a existência e suficiência da capacidade operacional humana; capacitação dos servidores/colaboradores; equipamentos; contratos para alimentação (bem como a



estrutura de seu acondicionamento); gestão da água; protocolos de manejo; rotinas; atividades desenvolvidas; e programas de enriquecimento ambiental.

6. Benefícios esperados da fiscalização

35. Espera-se que, com a implementação das proposições, haja uma melhoria nas condições físicas, estruturais e organizacionais nas unidades que abrigam animais sob sua custódia, assegurando o tratamento digno e o bem-estar desses seres.

III. RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO

1. **Questão de inspeção nº 1: “A infraestrutura física disponível dos equipamentos públicos é adequada o suficiente para garantir o bem-estar dos animais e dos trabalhadores diretamente relacionados aos seus cuidados?”**

Parcialmente. As instalações para animais no Jardim Zoológico de Brasília e no Grupo de Busca e Salvamento necessitam de manutenção e melhorias. No Batalhão de Policiamento com Cães, a estrutura do canil é satisfatória. Quanto ao alojamento dos militares, o BPCães possui uma infraestrutura insuficiente e inadequada, enquanto o GBS não oferece alojamento feminino.

1.1. **Achado de Inspeção nº 1: Deficiência da estrutura física disponível aos animais sob a custódia do Jardim Zoológico**

1.1.1 Critério

36. As instalações dos equipamentos públicos devem assegurar que o ambiente para os animais sob sua custódia ofereça espaço adequado e condições ambientais satisfatórias.

37. A Instrução Normativa IBAMA nº 7, de 30 de abril de 2015¹⁷, institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, estabelecendo requisitos mínimos para as instalações do Zoológico (Anexo IV).

1.1.2 Análises e Evidências

Jardim Zoológico

38. Identificou-se no Zoológico a necessidade de diversas intervenções nas estruturas físicas disponíveis aos animais. Foi revelado que, embora tenham sido realizados diversos trabalhos corretivos¹⁸, a abordagem atual ainda não conseguiu tratar a extensão da demanda existente. Segundo a gestão atual, os recursos alocados para esses projetos são consideravelmente limitados¹⁹ em relação à

¹⁷ DA_29.

¹⁸ Relatório de Atividades (DA_22, e-DOC E9C50D19).

¹⁹ Total pago à empresa SAGA SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI – ME, responsável pela “prestação por demanda em edificações, áreas abertas, recintos, instalações, equipamentos urbanos e mobiliários pertencentes à FJZB”: R\$ 3.532.916,90 (2023). Fonte: Portal da Transparência do DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

magnitude das necessidades de manutenção, resultando em um progresso considerado insuficiente²⁰.

39. Um aspecto relevante observado é a condição das instalações, muitas das quais datam de sua inauguração em 1960. Constatou-se que alguns ambientes construídos naquela época não estão em conformidade com os padrões atuais, exigindo intervenções estruturais (como exemplo, a parte dos felinos²¹). Ademais, há urgência em manutenções paliativas, como reformas, adaptações e pinturas.

40. Como exemplo de uma intervenção estruturante, destaca-se a recente inauguração²² do novo micário do zoológico, projetado especialmente para os primatas, com altura adequada, espaço para o manejo (alimentação e eventuais tratamentos), paisagismo e água potável com cascata:

Figura 1 – Novo Micário



Fonte: equipe de inspeção

41. Em relação às necessidades de manutenção, destaque para o espaço das ariranhas que está passando por uma reforma para revitalização do tanque, troca de piso de acesso dos animais, manutenção de grades e substituição de bombas, o que demonstra a urgência e a importância das intervenções de manutenção para garantir a funcionalidade, segurança e conforto das instalações.

²⁰ Reunião da equipe de fiscalização com o Presidente do Zoológico de Brasília em 24/01/2024 (PT_07).

²¹ Na reunião, em 24/01/2024, a gestão atual destacou que a utilização de poço em Zoológicos é uma prática antiga, não utilizada mais atualmente, que privilegia estruturas planas, na altura dos visitantes.

²² [https://www.zoo.df.gov.br/inauguracao-do-novo-micario-e-outras-melhorias-no-zoologico-de-brasilia/](https://www.zoo.df.gov.br/inauguracao-do-novo-micario-e-outras-melhorias-no-zoologico-de-brasil/), acesso em 09 de abril de 2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

42. Um desafio identificado para essas ações foi a falta de informações sobre a infraestrutura das instalações hidráulicas, pois os **projetos sobre as redes hidráulica e elétrica** foram extraviados ao longo dos anos, segundo informações da atual gestão²³. Esta lacuna dificulta significativamente a realização de reformas e intervenções nos espaços, atrasando ainda mais o progresso das atividades de manutenção. A necessidade de intervenções hidráulicas também foi levantada por quase todas as diretorias, o que demonstra a gravidade dessa situação.

43. Apresentam-se, a seguir, alguns exemplos apontados pelas Diretorias do Zoológico sobre as necessidades de reformas/manutenções dos recintos dos animais²⁴, bem como registros fotográficos da visita realizada pela equipe de fiscalização de alguns exemplos de fragilidades das instalações²⁵:

Diretoria de Mamíferos – DMA²⁶

- Apontou diversas reformas e manutenções necessárias em recintos destinados aos mamíferos, a exemplo das Galerias África e América, destinadas a elefantes, girafas, hipopótamos, waterbuck e adax, babuínos, tamanduá-bandeira, cateto, urso-de-óculos, onça-pintada, rinoceronte-branco, ariranha, entre outros. As intervenções envolvem, por exemplo: construção de sombreiro, reforma de telhados dos recintos e do depósito de capim e feno, conserto do trilho da maternidade, instalação de trilhos de portões, instalação de ofendículos, reforma de tanques, manutenção das estruturas de contenção, manutenção e pintura das estruturas de alvenaria, entre outros.

²³ PT_07.

²⁴ DA_7 (e-DOC 1690F38F-e), em resposta à Nota de Inspeção nº 4 (documento associado).

²⁵ Visita *in loco* realizada em 8 de abril de 2024.

²⁶ DA_7 (e-DOC 1690F38F-e, pág.5) (documento associado).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Recinto	Local	Ocupante	Necessidade
MA 01	Galeria África	Elefante Africano (<i>Loxodonta africana</i>)	- Construção de um Sombreiro; - Reforma do telhado do depósito de capim e feno; - Conserto do trilho da maternidade; - Adequação da posição do portão da maternidade; - Recolocação do portão do brete, utilizado para o condicionamento do animal; - instalação de ofendículos no portão para futura recepção do elefante Chocolate.
MA 11	Galeria África	Elefante Africano (<i>Loxodonta africana</i>)	- Manutenção das estruturas de contenção. - Manutenção e pintura das estruturas de alvenaria.
MA 12	Galeria América	Tamanduá-bandeira e Veado-catingueiro (<i>Myrmecophaga tridactyla</i> e <i>Subulo gouazoubira</i>)	- Reforma cambamento (adequação d portas).
MA 15	Galeria América	Cateto (<i>Pecari tajacu</i>)	- Reforma da estrutura da cerca.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

<p>Geral</p>	<p>Galeria África</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção das portas de madeira. - Projeto de paisagismo. - Construir o sistema de escoamento e filtragem para a água utilizada na lavagem do recinto escoar para ecofossas, evitando o escoamento para o lago dos Hipopótamos (Recomendação TAC MP 2005). - Instalação de comedouros para os Hipopótamos (Recomendação TAC MP 2005). - Instalação de bebedouros para o fornecimento de água potável para os hipopótamos (Recomendação TAC MP 2005).
--------------	-----------------------	--	---

Figura 2 – Recintos dos mamíferos



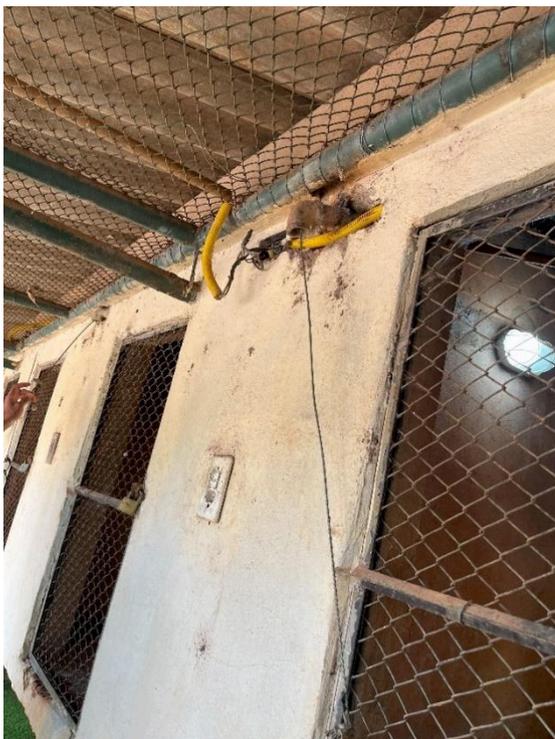
* Grades desgastadas – tatu bola



* Estruturas danificadas – área de manejo micos (antigo)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS



* Fiação exposta e sistema de roldanas antigo – área de manejo micos (antiga)



* Cascata desativada – Rinoceronte-branco

Diretoria de Aves do Zoológico – DAV²⁷:

- dos 50 recintos em exposição, 14 necessitam de reformas urgentes, incluindo revitalização de estruturas, troca ou manutenção de telas, instalação de torneiras, revisão elétrica e hidráulica, manutenção ou reforma de tanques, aumento do corredor de segurança, instalação de bomba na cascata, entre outras intervenções.
- Alguns apontamentos destacados na visita da equipe foram a antiguidade dos viveiros, sem a devida manutenção; falta de espaços adequados para manejo (separação para os tratadores - *cambiamento*²⁸); inexistência de bombas/cascatas para disponibilizar água limpa; e telas com necessidade de troca (remendadas, com furos e frágeis).

²⁷ DA_7 (e-DOC 1690F38F-e, pág.2) (documento associado).

²⁸ “Local de confinamento, para facilitar diversos tipos de manejo e a retirada do animal do recinto” (IN 7/2015-IBAMA – DA_29).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 3 – Recintos de aves



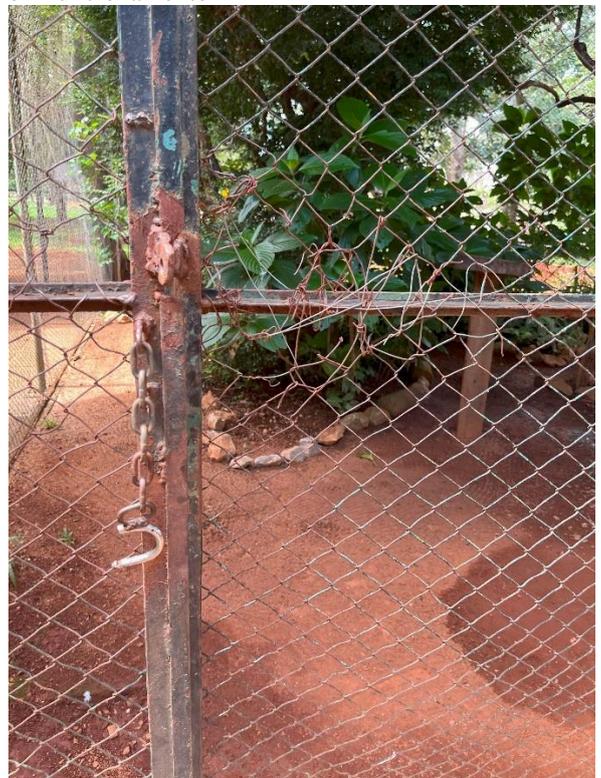
* Laje/concreto da parte central do viveiro com desgastes severos



* Bebedouro/tanque sem água (necessidade de ligar a torneira de forma manual) – inexistência de bombas em funcionamento



* Grades com furos



* Grades remendadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Berçário²⁹:

- necessita de revisão das instalações elétricas e hidráulicas, instalação de “sprinklers” (aspersor detector de incêndio), revitalização da estrutura, implementação de sistema de filtragem no tanque, pintura e construção de baias.

Figura 4 – Berçário



* Estrutura externa do berçário



* Parte interna do berçário

²⁹ Sob a responsabilidade da Diretoria de Aves do Zoológico – DAV.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS



* Ar-condicionado antigo, fiação exposta, mofo no teto

- verificou-se na visita ao berçário a inexistência de baias (utilização de gaiolas e espaços adaptados); ar-condicionado antigo em condições precárias; fiação exposta; e problemas elétricos que podem comprometer a vida de animais climatizados³⁰.

Diretoria de Répteis, Anfíbios e Artrópodes – DRA

- o serpentário, iguanário, recintos dos crocodilianos, dos quelônios, dos teiús e borboletário necessitam de manutenções urgentes como: manutenção das portas; troca das estruturas de metal enferrujadas; manutenção do sistema hidráulico; reforma e manutenção de tanques; instalação de um sistema antifogo e sistema de climatização (quando aplicável para algumas espécies).

³⁰ Sobre a indicação realizada no Relatório Prévio de Inspeção a respeito da “copa/cozinha e animais no mesmo local”, a FJZB explicou que a “copa e cozinha referidas são especificamente destinadas aos animais do berçário, pois os filhotes necessitam de preparo de comida e mamadeiras que é realizado no próprio local” (Nota Técnica nº 05/2024 – FJZB/GAB/SUCOP, peça nº 35, DA_38, e-DOC C0F443CF).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

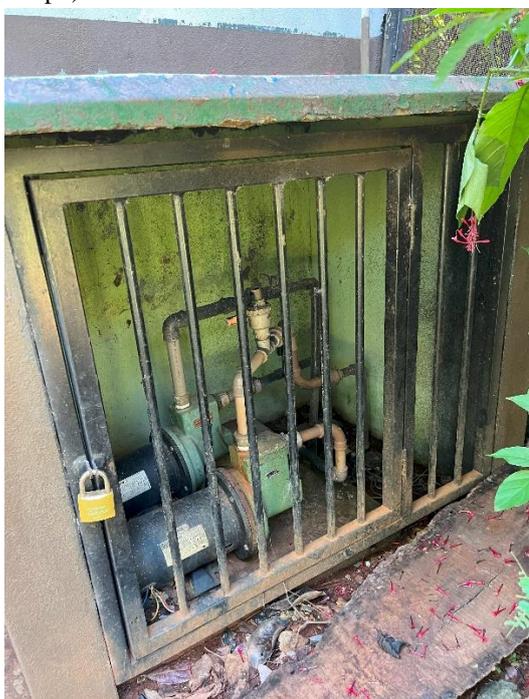
Figura 5 – Recintos dos répteis, anfíbios e artrópodes



* Tanque vazio (registrou-se que diversos tanques estão com vazamento e não mantém água por muito tempo)



* Lagoa desgastada, áspera, prejudicando a locomoção do animal e com risco de ferimentos³¹



* bomba do borboletário com necessidade de manutenção



* Sprinklers do borboletário não estavam funcionando por conta da bomba no momento da visita da fiscalização

³¹ IN nº 7/2015-IBAMA: “1 – CLASSE RÉPTEIS (...); I. GERAIS (...); e as paredes e o fundo de tanque ou lago não deverão ser ásperos;”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

- outro ponto que chamou a atenção na visita foi a existência de serpentes excedentes³² que não possuem ambiente próprio no zoológico³³, mantidas em caixas por esta razão.

Figura 6 – Serpentes em caixa



44. Na visita ao Hospital Veterinário do Zoológico - HVET, verificou-se que alguns espaços que, em tese, deveriam estar disponíveis a animais com necessidades médicas (quarentena, tratamento, etc.), estavam sendo utilizados para excedentes, ou em situações diversas (macaco expulso do bando, por exemplo).

Figura 7 – Onça excedente mantida no espaço do HVET (local de manejo)



³² Apenas três caixas se referiam a uma potencial quarentena dos animais, com registro de sua patologia.

³³ O Anexo IV da IN nº 7/2015 do IBAMA estabelece que o zoológico deve cumprir a seguinte exigência: “(...) II – possuir setor extra, destinado a animais excedentes, munido de equipamentos e instalação que atendam às necessidades dos espécimes alojados”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS



45. Os apontamentos destacados evidenciam a necessidade contínua em manutenção, adequação e atualização das instalações para garantir o bem-estar dos animais, a segurança dos visitantes e a continuidade das atividades.

46. Em que pese a Administração do Zoológico dispor de levantamento inicial das intervenções necessárias nas instalações dos recintos dos animais, verificou-se que o órgão não dispõe de projetos estruturados para suprir todas as demandas identificadas.

Grupo de Busca e Salvamento do CBMDF - GBS

47. No Grupo de Busca e Salvamento dos Bombeiros, a estrutura física disponível para os cães é composta por **11 boxes** que constituem um recinto de 8 m² dividido entre espaço interno e solário. Atualmente, o **CBMDF conta com 11 cães com carga ativa no plantel**³⁴, ou seja, existem boxes disponíveis para todo o plantel³⁵.

48. O ambiente interno é fechado e protegido de sol e chuva, bem como há acesso para o espaço sem cobertura (solário). Todos os cães possuem comedouros e bebedouros próprios e ao final da estrutura do canil existe um tanque onde é realizado o banho dos cães periodicamente³⁶.

49. Em visita *in loco* foi possível observar que os boxes estão com a pintura bastante desgastada e contam com uma estrutura degradada pelo longo tempo de uso, conforme registros efetuados pela equipe:

³⁴ Conforme Termo de Guarda e Responsabilidade (DA_2.4, e-DOC A 4F6468F5- e).

³⁵ Todos os cães do GBS foram recebidos por doação. DA_02 (e-DOC FD9EF32E-e).

³⁶ DA_02 (e-DOC FD9EF32E-e), em resposta à Nota de Inspeção nº 2 (documento associado), aferido também em visita *in loco* realizada em 15/12/2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 8 - Corredor de acesso aos boxes



Fonte: equipe de inspeção

Figura 9 - Área interna dos boxes



Fonte: equipe de inspeção



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 10 - Área externa dos boxes (solário)



Fonte: equipe de inspeção

50. Ressalta-se que havia sido pactuado o Contrato de Execução de Obras nº 20/2020 – CBMDF, cujo objeto seria a construção de um novo Canil, após licitação realizada. No entanto, **o contrato foi rescindido** unilateralmente pela Administração, devido à inexecução da obra por parte da empresa contratada³⁷.

51. Em manifestação³⁸, o GBS comunicou que está **em fase de planejamento** um novo processo de contratação, evidenciando a preocupação da administração em revitalizar o canil dos bombeiros, através da construção de uma nova instalação que atenda às necessidades atuais. Diante das medidas em andamento, deixa-se de propor medidas adicionais ao órgão, nesta oportunidade.

Batalhão de Policiamento com Cães da PMDF (BPCães)

³⁷ DA_28.

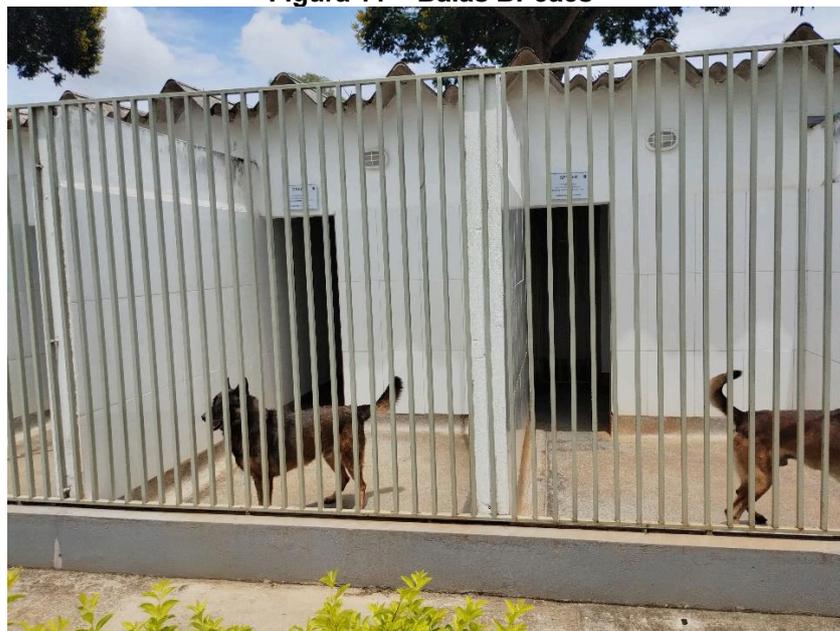
³⁸ DA_02.2 (e-DOC FD9EF32E-e), em resposta à Nota de Inspeção nº 2 (documento associado). Previsão de estrutura que contemple um box de isolamento em caso de doenças, uma maternidade, um ambulatório e uma área de lavagem dos cães, além de 12 boxes feitos em cerâmica, com estrutura similar de parte interna e solário



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

52. Em outro aspecto, os alojamentos dos cachorros do BPcães foram vistoriados pela equipe de fiscalização e **considerados satisfatórios** para o atendimento da necessidade dos cães de seu plantel. Destaque para o piso e parede dos ambientes, que utilizam revestimentos lisos e cerâmicos, facilitando a limpeza e propiciando maior garantia de saúde aos animais:

Figura 11 – Baias BPcães



Fonte: equipe de inspeção

53. Do exposto, nas observações dos recintos disponíveis aos animais custodiados pelo GDF, identificou-se que além de questões estruturais que demandam ações mais extremas e onerosas (como a construção de novos recintos), há também necessidade de manutenção e conservação dos ambientes existentes. Uma atuação perene e contínua evita que os ambientes sejam degradados a ponto de inviabilizar intervenções de reparação.

1.1.3 Causas

54. São causas do presente achado no âmbito do Jardim Zoológico:

- Ausência ou falhas de planejamento: as unidades custodiantes de animais não previram ou estabeleceram de maneira suficiente a manutenção e conservação das estruturas físicas existentes;
- Quadro de servidores precário, comprometendo a gestão dos animais de forma estratégica e perene;
- Falta de prioridade na atualização/revitalização dos locais, com estruturas antigas pouco modificadas ao longo dos anos;

55. No âmbito do Grupo de Busca e Salvado, tem-se como causa a Rescisão do Contrato de Execução de Obras nº 20/2020, firmado com o CBMDF.



1.1.4 Considerações dos jurisdicionados

56. Em que pese ter sido cientificada a respeito da Decisão nº 1.915/2024³⁹, a PMDF não se manifestou acerca dos apontamentos.

Manifestação da FJZB

57. Com relação ao presente achado de inspeção, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília se manifestou tempestivamente⁴⁰ por meio do Ofício nº 319/2024 – FJZB/GAB⁴¹ e anexos⁴².

58. A Fundação esclareceu que grande parte dos recintos destinados aos mamíferos sob os cuidados do Zoológico possuem mais de duas décadas de idade e alguns são da época da inauguração da instituição, em 1960, construídos conforme os conhecimentos e concepções da época.

59. Afirmou que está plenamente comprometida com o atendimento integral das exigências da Instrução Normativa IBAMA nº 07/2015 e que os recintos atualmente ocupados oferecem espaço adequado para os animais neles alojados por meio da ambientação dos recintos, no entanto, estes carecem de manutenção e melhoria contínua para manter o ambiente saudável⁴³.

60. Adicionou que foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Brasília, que apresentará projetos para identificar e corrigir deficiências arquitetônicas, paisagismo, urbanismo e de gestão para melhor atender e cuidar dos animais⁴⁴.

61. Ressalta ainda iniciativa com vistas à construção de um planejamento Estratégico e Institucional visando o bem-estar dos animais e de gestão.

62. Quanto às ações recentes, os recintos construídos foram projetados em conformidade com os requisitos normativos. Citou como exemplo a conclusão de dois novos recintos no micário⁴⁵.

63. Reconhece que há muito a ser feito e que a verba pública destinada ao Zoológico de Brasília nem sempre é suficiente para atender todas as demandas, todavia, a atual diretoria tem intensificado os esforços no sentido de buscar recursos junto ao Poder Executivo e ao Legislativo distrital.

³⁹ Ofício nº 4076/2024-SS (peça 24), recebido por meio do Barramento de Serviços PEN em 06/06/2024 (peça 28).

⁴⁰ O Relatório Prévio de Inspeção foi recebido na FJZB em 10.06.2024 conforme recibo de entrega constante no e-DOC E4DCC406, peça nº 27. Os esclarecimentos são datados de 24.06.2024.

⁴¹ Peça nº 32 (DA_34, e-DOC E2E2417E).

⁴² Nota Técnica nº 01/2024 – FJZB/GAB/SUAFI, peça nº 31 (DA_35, e-DOC 3E2358AC) e Nota Técnica nº 05/2024 – FJZB/GAB/SUCOP, peça nº 35 (DA_38, e-DOC C0F443CF).

⁴³ Peça nº 35 (DA_38, e-DOC C0F443CF), fl. 01.

⁴⁴ Peça nº 35 (DA_38, e-DOC C0F443CF), fl. 01.

⁴⁵ Peça nº 32 (DA_34, e-DOC E2E2417E), fl. 02.



64. Informou ainda que está em andamento um grande **projeto de revitalização do zoológico**, com planejamento para construções e adequações de recintos nos próximos anos e listou diversos processos instruídos no âmbito das diretorias e berçário⁴⁶.

65. No que tange ao Hospital Veterinário, esclareceu-se que os animais excedentes do plantel (aves e mamíferos) e de vida livre que não estão aptos para soltura, estão na instalação hospitalar por requisição dos respectivos setores, não havendo indicação da diretoria de medicina veterinária para a sua manutenção no espaço do hospital.

Manifestação do CBMDF

66. Por seu turno, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal também se manifestou de forma tempestiva⁴⁷ por intermédio do Ofício nº 1164/2024 – CBMDF/GABCG e anexo⁴⁸.

67. A respeito das inconformidades identificadas no achado supra, o CBMDF informou que procura atender a todos os aspectos apontados no Relatório Prévio de Inspeção e que o novo Canil do GBS contará com estrutura adequada para os cães (box individualizados, feitos em porcelanato nas paredes e piso liso para facilitar higiene, ambulatório para atendimento de emergência, box de isolamento, rampa para acesso às viaturas sem necessidade de salto, etc).

68. A corporação reportou que possui, em andamento, um Grupo de Trabalho – GT com o objetivo de instruir processo para levantamento e formulação do projeto básico para a contratação de nova empresa para a conclusão do Canil Militar do Grupamento de Busca e Salvamento.

69. Nesse sentido, foram encaminhados à equipe solicitações de prorrogação de prazo do GT, atas de reuniões, relatórios (inclusive relatório fotográfico), estudos técnicos, mapa de riscos e cadernos de especificações técnicas aplicáveis à empresa contratada, para fornecimento de todos os materiais, serviços e equipamentos necessários à edificação do canil.

70. Por fim, ressaltou Termo de Cooperação com o Clube dos Bombeiros pelo qual tem realizado reparos nas instalações atuais do Canil do GDBS, dentre os quais a troca de tubulação, pintura dos boxes, alojamentos, cozinha e instalações comunitárias.

1.1.5 Posicionamento da equipe de inspeção

⁴⁶ Peça nº 35 (DA_38, e-DOC C0F443CF), fls. 02 e 03.

⁴⁷ O Relatório foi recebido pelo CBMDF em 06.06.2024 conforme recibo de entrega constante no e-DOC A0A3346D, peça nº 25, e os esclarecimentos são datados de 25.06.2024.

⁴⁸ Peça nº 34 (DA_32, e-DOC E8F5D283) e peça nº 33 (DA_33, e-DOC 2596DCB0), respectivamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

71. No que se refere aos esclarecimentos prestados pela Fundação Jardim Zoológico de Brasília, observa-se que não há contestação das irregularidades apontadas no Achado 1. Pelo contrário, a manifestação corrobora os apontamentos no sentido da necessidade de manutenções e melhorias.

72. Em que pese a ocorrência de adequações ao longo do tempo, essas não foram suficientes frente às demandas existentes.

73. Em relação ao projeto de revitalização, em análise aos processos informados foi observado que em sua maioria se trata de processos recentes ou se encontram em fases iniciais⁴⁹. Não obstante abordarem ações da Administração no sentido de promover reformas, adequações e construções de novos espaços, na prática ainda não há melhorias advindas das ações previstas/solicitadas. Nos processos mais antigos⁵⁰ também se verifica pouca resolubilidade⁵¹.

74. Assim, quanto às iniciativas de um planejamento estratégico, a pactuação de um Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Brasília e o projeto de revitalização dos espaços, demonstram, ainda que de forma incipiente, existência de ações no sentido das proposições sugeridas por essa equipe de fiscalização.

75. A respeito dos animais excedentes mantidos no espaço do HVET, a diretoria de medicina veterinária não recomenda a permanência desses animais no espaço hospitalar, o que corrobora a necessidade de adequação e existência de espaços específicos para cada caso a fim de garantir o manejo adequado e ético dos animais, além de otimizar a utilização dos recursos hospitalares.

76. Quanto à alegação de recursos financeiros insuficientes, é compreensível que instituições enfrentem limitações orçamentárias, todavia o bem-estar dos animais não pode ser comprometido devido a essas restrições. A instituição deve realizar uma gestão eficaz dos recursos existentes e buscar alternativas comprometidas com o bem-estar animal.

⁴⁹ PT_4.

⁵⁰ Processos 0196-000065/2016, 00196-00000791/2021-70 e 00196-00001816/2019-38.

⁵¹ Em pesquisa ao sistema SEI, contatou-se que o processo nº 00196-00000791/2021-70 ficou sem movimentação de 2019 a fevereiro de 2024, o processo nº 00196-00001816/2019-38 está sem movimentação desde 2022. Já quanto ao processo 0196-000065/2016, desde 2019 já iniciativa no sentido de executar o desassoreamento do lago dos primatas, houve uma medida paliativa em 2020 mas a demanda foi retomada em 2024. Atualmente o processo enfrenta trâmites burocráticos frente ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM e à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – Adasa, como outorga, licenças, projetos, autorizações etc.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

77. Concernente as justificativas acostadas pelo CBMDF, as alegações apresentadas também não contestaram o achado supracitado.

78. Apesar das atividades executadas pelo Grupo de Trabalho responsável pelo projeto básico para a contratação de empresa para a conclusão do novo Canil Militar do GBS, a obra permanece paralisada. No momento, as iniciativas adotadas não resultaram na retomada efetiva da obra, evidenciando que as medidas implementadas ainda não foram suficientes para sanar as inconformidades apontadas no Achado.

79. Ademais, não foi apresentado o documento do Termo de Cooperação com o Clube de Bombeiros citado, ou detalhes a respeito de eventuais ações efetivadas nos locais avaliados pela equipe de fiscalização.

80. Pelo exposto, conclui-se que ambas as manifestações acostadas não possuem o condão de modificar o entendimento da equipe quanto à necessidade das proposições constantes do Relatório Prévio de Inspeção quanto ao Achado 1.

1.1.6 Propostas de encaminhamento

81. Diante das evidências apresentadas, sugere-se determinar à Fundação Jardim Zoológico que:

- a. elabore plano de manutenção e conservação das estruturas físicas disponíveis aos animais sob sua custódia, com o levantamento das fragilidades existentes, das necessidades, dos custos envolvidos e prioridades de intervenção;
- b. efetue levantamento das situações que demandem modificações estruturantes nos recintos dos animais sob custódia (tais como mudanças de local e/ou novas construções), bem como adote medidas para inclusão no planejamento governamental de curto e médio prazo com vista à execução dessas obras;
- c. realize diagnóstico completo da infraestrutura das instalações do zoológico de forma a orientar o planejamento de manutenção, devendo, preferencialmente, conter: i) inventário das instalações e equipamentos (quantitativos e especificações); ii) registro atualizado das manutenções realizadas; iii) avaliação do estado de conservação da infraestrutura e dos elementos inventariados; iv) estimativa de custos de manutenção; e v) indicação das prioridades de intervenção;
- d. mantenha intercâmbio com outros zoológicos do Brasil, de modo a identificar boas práticas de gestão e de manutenção dos recintos dos animais, além de identificar fontes adicionais de receita para suportar e/ou patrocinar os investimentos necessários, a exemplo de parcerias com instituições educacionais, organizações sem fins lucrativos ou empresas privadas;
- e. elabore planejamento estratégico e operacional, de modo a orientar a entidade na busca de melhores resultados institucionais, identificando oportunidades e fragilidades e, ainda, estabelecendo visão de futuro, objetivos estratégicos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

- iniciativas e prioridades institucionais, indicadores de desempenho, entre outros elementos que propiciem o fortalecimento da governança institucional;
- f. institua, com suporte da Controladoria-Geral do DF, política de gestão de riscos no âmbito da entidade, com o objetivo de evitar e/ou mitigar os riscos envolvidos com a fragilidade de manutenção e conservação das estruturas físicas disponíveis aos animais, bem como em outras atividades relevantes, a fim de obter qualidade no gasto público e agregar valor à gestão, em observância às diretrizes da governança pública estabelecidos pelo Decreto nº 39.736/2019;
- g. informe ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as medidas adotadas para atendimento das determinações acima.

1.2. Achado de Inspeção nº 2: Condições precárias nos alojamentos dos policiais militares com limitação da diversidade de gênero

1.2.1 Critério

82. É imperativo a existência de alojamentos adequados para acomodar a força de trabalho diretamente ligada aos cuidados dos animais, preservando a dignidade, privacidade e especificidades de gênero dos servidores⁵².

1.2.2 Análises e Evidências

83. No alojamento masculino do BPCães há uma área de armários em metal, banheiro com dois vasos sanitários e três chuveiros para atender toda a demanda do batalhão (91 policiais). Destaca-se que o banheiro foi um “puxadinho” custeado com recursos dos próprios policiais, incapaz de impedir os efeitos da chuva dentro do ambiente interno⁵³:

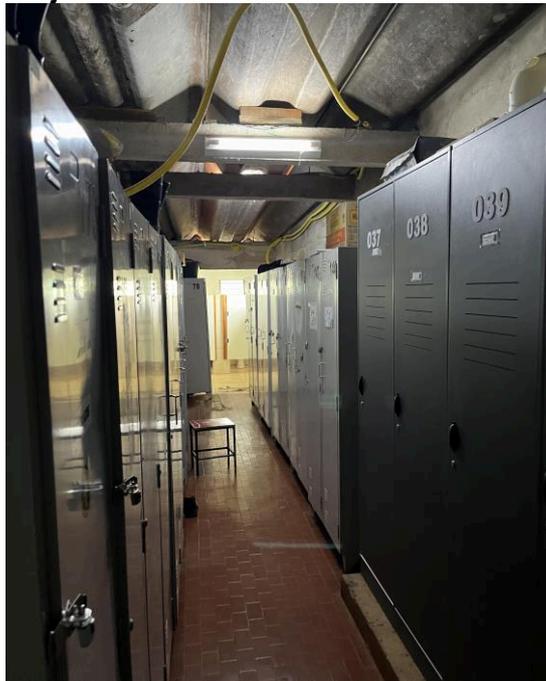
⁵² Esse tópico não foi avaliado no Zoológico, pois não há previsão de atividades/operações com animais durante a noite, sendo desnecessário plantonistas para essa atividade e alojamento próprio para servidores (durante a noite há somente os funcionários do serviço de vigilância). Ocasionalmente pode existir ocorrências médicas com animais no período noturno. Para tanto, a equipe veterinária conta com uma cama improvisada para tais situações.

⁵³ DA_01 (e-DOC D36F89F1-e), em resposta à Nota de Inspeção nº 1 (documento associado), aferido também em visita *in loco* realizada em 11/12/2023. Há informação de que seriam 113 policiais no Batalhão, sendo 22 policiais femininas. Informou-se que nos casos de chuva “escorre água pelas paredes” do banheiro. Destaca-se o registro em fotos de quatro chuveiros (e não três, como informado na resposta), porém, não foram realizados testes de funcionamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 12 – Banheiro e armários do alojamento masculino BPCães



Fonte: equipe de inspeção

84. Além disso, o espaço dos policiais conta com área de camas composta por 13 beliches com colchões desgastados.

Figura 13 – Dormitório masculino BPCães



Fonte: equipe de inspeção

85. O telhado do alojamento está em mau estado de conservação (possui mais de 4 décadas, telhas antigas e goteiras), a iluminação está precária (fiação exposta) e o piso bastante estragado. Em épocas de chuva, diversos vazamentos já foram observados ao longo dos anos causando danos aos armários, equipamentos, camas e colchões no interior do alojamento⁵⁴.

⁵⁴ DA_01 (e-DOC D36F89F1-e) e visita *in loco* realizada em 11/12/2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 14 - Telhado do alojamento masculino

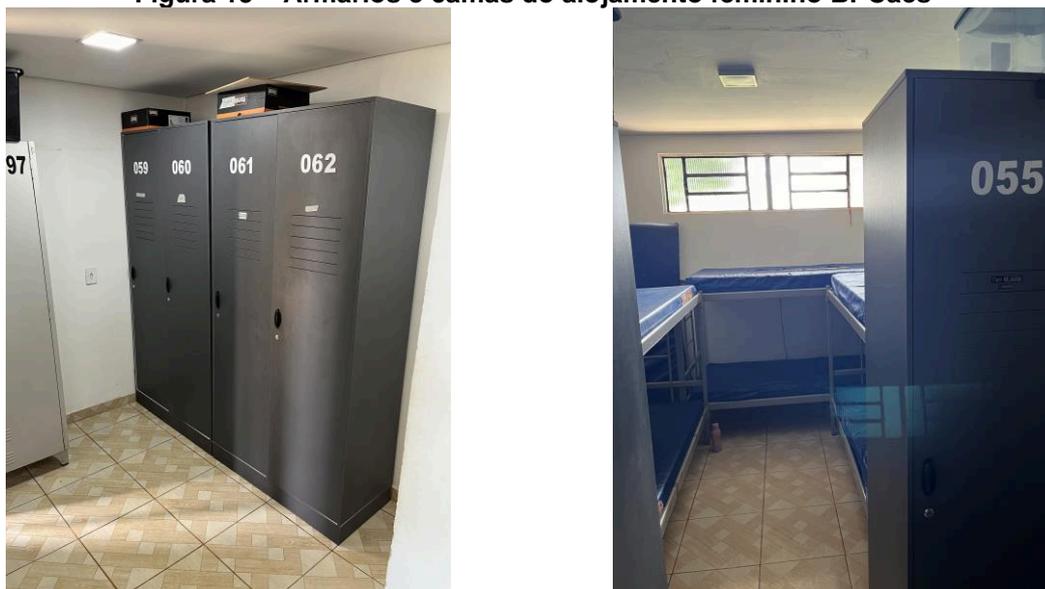


Fonte: equipe de inspeção

86. Por sua vez, o alojamento feminino também possui área de armários em metal para acondicionamento de pertences e equipamentos, banheiro e áreas com camas composta por três beliches, um chuveiro e dois vasos sanitários para o uso de 22 policiais militares femininas.

87. É nítida a diferença da qualidade da estrutura física disponível (armários, paredes e teto) entre os alojamentos masculino e feminino, como pode ser observado nos registros a seguir:

Figura 15 – Armários e camas do alojamento feminino BPCães



Fonte: equipe de inspeção



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

88. O aspecto negativo é o tamanho e disponibilidade de itens em relação à capacidade humana possível, o que **limita a seleção de novas policiais do sexo feminino** para atuação nesse batalhão. Informou-se à equipe que este alojamento também foi construído e mantido com recursos próprios dos policiais do efetivo da unidade, tendo sido dimensionado em uma época em que só havia duas policiais militares femininas servindo na unidade⁵⁵.

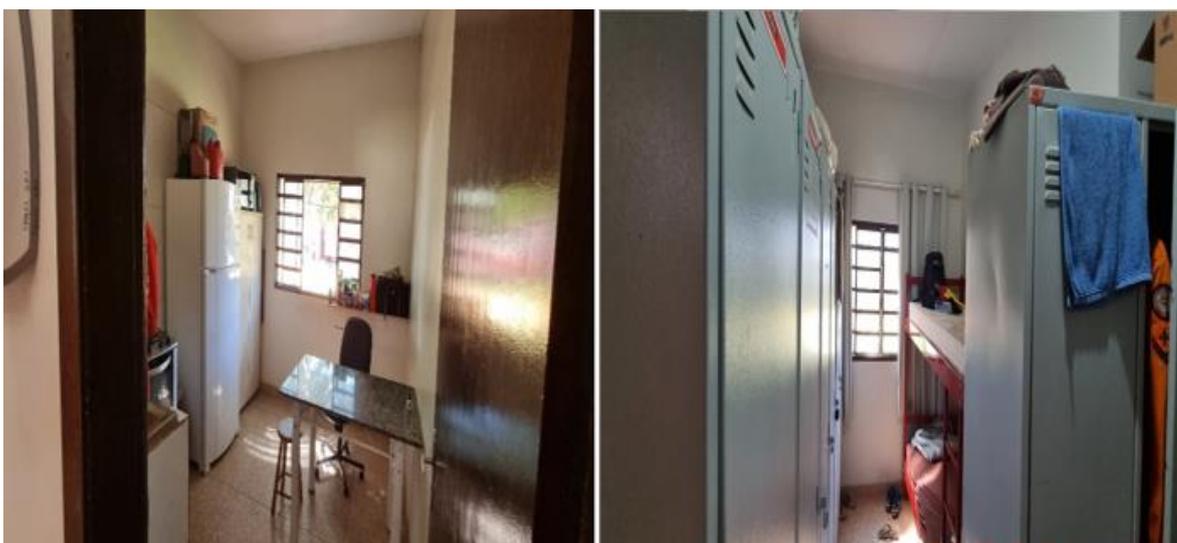
89. Destaca-se que os armários de ambos os alojamentos são insuficientes, tendo em vista a necessidade de acondicionar não somente vestimentas e equipamentos próprios do efetivo, mas também equipamentos de adestramento canino próprios da atividade especializada realizada pelo BPCães.

90. Em que pese a existência de normativo referente à estrutura do canil, no qual consta que o alojamento do pessoal de serviço deve possuir boa ventilação, boa luminosidade natural ou artificial, parede e piso laváveis⁵⁶, na prática se verificou que **tais orientações não são observadas**.

91. Observa-se que em ambos os alojamentos (masculino e feminino), não há uma ação planejada da instituição para manter, conservar, adaptar ou ampliar o que já existe, partindo, por vezes, do próprio efetivo a busca por modificações estruturais.

92. No Grupo de Busca e Salvamento (CBMDF), a estrutura física do alojamento compreende um cassino de aproximadamente 25 m², uma cozinha de aproximadamente 9 m² e um dormitório masculino com banheiro de aproximadamente 9 m² para atender ao efetivo de 21 militares lotados na unidade.

Figura 16 – Cozinha e dormitório masculino



⁵⁵ DA_01 (e-DOC D36F89F1-e).

⁵⁶ Informação Técnica SEI-GDF n.º 27/2019 - PMDF/CPMON/CMEDVET, que trata de orientações estruturais do canil PMDF (DA_01, fl. 35, e-DOC 2C3CADC0).



Fonte: equipe de inspeção

93. Atualmente, não existe um alojamento feminino dentro da estrutura física do canil, de modo que no dia em que as bombeiras militares estão de serviço é utilizado o alojamento feminino da equipe de salvamento terrestre do GBS (fora do canil).

94. A estrutura atual é bem antiga e boa parte foi criada pelos próprios militares no início da atividade com cães na corporação. Entretanto, como já mencionado no Achado anterior, encontra-se em **fase de planejamento** a construção do novo canil do CBMDF, de modo que a nova estrutura tem a previsão de contemplar alojamento feminino, banheiros e lavabos masculino e feminino, além de uma sala para o funcionamento do expediente da seção⁵⁷.

1.2.3 Causas

95. São causas do presente achado:

- Ausência ou falhas de planejamento: as unidades militares não previram ou estabeleceram de maneira suficiente a manutenção, conservação, adaptação e eventuais necessidades de ampliação das estruturas físicas existentes;
- Falta de prioridade na atualização dos locais, com estruturas antigas pouco modificadas ao longo dos anos; e
- Rescisão do Contrato de Execução de Obras nº 20/2020, firmado com o CBMDF.

1.2.4 Considerações do jurisdicionado

96. Em que pese ter sido cientificada a respeito da Decisão nº 1.915/2024⁵⁸, a PMDF não se manifestou acerca dos apontamentos.

97. Em relação à inexistência de alojamento feminino dentro da estrutura física do canil do GBS, o CBMDF afirmou que está empenhado em atender a todas as observações destacadas no Relatório Prévio de Inspeção, destacando que o novo Canil do GBS será equipado com uma estrutura apropriada para os militares, incluindo alojamentos de 30m² (inclusive alojamento feminino), banheiros, cozinha e uma sala destinada ao pessoal de expediente.

⁵⁷ A empresa SANTOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI foi contratada para a construção do Canil do Grupamento de Busca e Salvamento (GBSAL), conforme Contrato de Execução de Obras nº 20/2020, entretanto o contrato foi rescindido em 21.11.2023 em virtude da inexecução parcial do objeto. Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/lai/sem-categoria/contrato-n-20-2020/>. Acesso em 30.01.2024. DA_28 e DA_02.2.

⁵⁸ Ofício nº 4076/2024-SS (peça 24), recebido por meio do Barramento de Serviços PEN em 06/06/2024 (peça 28).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

98. Conforme reportado no achado anterior, a Corporação criou um Grupo de Trabalho com vistas a formular um projeto básico para a contratação de nova empresa. O objetivo é concluir a obra do novo Canil do GBS⁵⁹.

99. Foram acostados documentos produzidos pelo GT como atas de reuniões, relatórios, estudos técnicos, mapa de riscos e cadernos de especificações técnicas. Houve pedidos de dilação de prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo.

1.2.5 Considerações da equipe de inspeção

100. Tendo em vista a ausência de manifestação por parte da PMDF sobre o teor do Relatório Prévio de Inspeção, mantêm-se as análises e as conclusões empreendidas anteriormente.

101. Considerando as justificativas apresentadas pelo CBMDF, em que pese o Grupo de Trabalho envidar esforços no sentido de retomar a obra do Novo Canil do GBS, a obra continua paralisada. As ações empreendidas até o momento não culminaram na retomada efetiva da construção, e por conseguinte demonstra que as medidas implementadas ainda não foram suficientes para corrigir as irregularidades apontadas no Achado.

102. Diante do exposto, verifica-se que os argumentos apresentados pelo CBMDF não têm a capacidade de alterar as análises, evidências e proposições contidas no Relatório Prévio de Inspeção relativas a este Achado.

1.2.6 Propostas de encaminhamento

103. Diante das evidências apresentadas, sugere-se:

- a. determinar à PMDF a adoção de medidas com vistas à manutenção, reforma e/ou ampliação dos alojamentos destinados aos policiais militares lotados no BPCães, de modo a propiciar condições adequadas à força de trabalho, alocando recursos orçamentários com vistas à execução dessas obras;
- b. determinar ao CBMDF que adote medidas com vistas à continuidade da construção do novo canil do Grupo de Busca e Salvamento, incluindo na contratação a ampliação e/ou construção de alojamentos masculino e feminino adequados destinado aos bombeiros militares lotados no Batalhão;
- c. determinar às unidades militares acima que informem ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as medidas adotadas para atendimento das determinações acima.

2. Questão de inspeção nº 2: Os animais sob a custódia estatal recebem cuidados médicos adequados?

⁵⁹ Parágrafos 61 e 62 do presente relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Parcialmente. A estrutura do Hospital Veterinário do Zoológico é insuficiente, faltam equipamentos e alguns estão inoperantes. Ademais, foram observadas deficiências nos processos de aquisição de insumos médicos (medicamentos, material, equipamentos e serviços laboratoriais). Quanto ao BPCães e GBS, os serviços prestados atualmente atendem às necessidades dos animais sob sua custódia, ainda que, neste último caso, o serviço seja terceirizado⁶⁰.

2.1 Achado de inspeção nº 3: Deficiência na infraestrutura e insumos para assistência médica veterinária disponibilizada aos animais do Zoológico

2.1.1 Critérios

104. As instituições custodiantes de animais devem garantir cuidados médicos adequados, estabelecer programas de cuidados veterinários preventivos e periódicos (como vacinações e check-ups frequentes) para monitorar e manter a saúde dos animais. Além disso, é fundamental manter registros médicos detalhados e atualizados para cada indivíduo, permitindo um acompanhamento eficaz. A presença de instalações veterinárias bem-equipadas permite a realização de exames regulares, diagnósticos precisos e tratamentos eficazes, permitindo a resposta rápida a emergências médicas, minimizando o tempo de intervenção e reduzindo potenciais riscos à saúde dos animais.

2.1.2 Análises e evidências

Deficiência da infraestrutura física do Hospital Veterinário do Zoológico

105. Os atendimentos médicos dos animais sob custódia no Zoológico são realizados no Hospital Veterinário – HVET, o qual possui dois consultórios, um centro cirúrgico, uma sala de raio-x, uma sala de laboratório e diversos recintos para tratamento⁶¹. Destacam-se as seguintes fragilidades identificadas de acordo com as necessidades médicas:

Quadro 2 - Deficiências do Hospital Veterinário do Zoológico

Equipamento	Fragilidades⁶²
Centro Cirúrgico	Não comporta cirurgias de animais de grande porte
Sala de Raio-x	Equipamento inoperante e obsoleto
Recintos para tratamento	Inadequados para determinadas espécies e classes e que, por diversas vezes, tornam-se acomodações para animais que são expulsos do bando ou que estão em idade avançada e necessitam de cuidados diários.
Sala de triagem	Inexistente
Internação	Não há distinção entre mamíferos, aves, répteis e anfíbios

⁶⁰ PT_09 – Consolidação das respostas sobre cuidados médicos com animais.

⁶¹ DA_07, e-DOC 1690F38F.

⁶² DA_07, e-DOC 1690F38F.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

106. A equipe de inspeção registrou os equipamentos em visita realizada ao HVET⁶³:

Figura 17 – Consultório médico do Hospital Veterinário da Fundação Jardim Zoológico de Brasília



Fonte: equipe de inspeção

Figura 18 – Equipamento de raio-x inoperante



Fonte: equipe de inspeção

107. Segundo o Zoológico⁶⁴, diversas medidas são necessárias para o adequado atendimento dos animais, como por exemplo:

- disponibilização de 2 consultórios distintos (1 consultório para triagem, pesagem e conferência de microchip/anelha e 1 para casos

⁶³ PT_03 – Relatório de visita ao Zoológico (em 12/12/2023).

⁶⁴ DA_07, e-DOC 1690F38F.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

exclusivamente de animal que possa estar acometido por doença infectocontagiosa);

- disponibilização de umidificadores, aquecedores, baias/terrários compatíveis com a necessidade e fisiologia de cada classe de animal;
- adequação do centro cirúrgico (que deve comportar a maioria de animais do plantel em caso de necessidade de procedimento), bem como controle rigoroso do acesso ao bloco cirúrgico;
- contratação de laboratório para análises de amostras com o objetivo de realizar exames profiláticos, histopatológico e em estado de emergência e urgência.
- ala para animais que precisam de isolamento/quarentena por questões sanitárias, evitando uma possível contaminação do plantel em questão.
- contratação de empresa terceirizada para realização de radiografia, ultrassonografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética;
- utilização de recintos exclusivamente para tratamentos (com o objetivo de evitar a sua utilização como setor extra para animais excedentes, excluídos do bando ou idosos do plantel); e
- existência de ambulatório para procedimentos anestésicos e ambulatoriais de urgência e emergência para animais de pequeno, médio e grande porte.

108. Em consulta processual SEI, esta equipe de fiscalização teve acesso a um processo de chamamento público para o hospital veterinário. Destaque para o relato da Superintendência sobre a atual situação do hospital⁶⁵:

*“Durante o ano de 2023, após busca de processos relacionados a exames laboratoriais, foi constatado que não há contrato vigente de um laboratório terceirizado, resultando em dificuldades na realização de exames profiláticos anuais nos animais do plantel. Isso tem impossibilitado a execução de check-ups regulares, sendo os exames realizados apenas quando os animais demonstram sinais visuais ou comportamentais que indicam desconforto ou apatia. **Essa prática aumenta consideravelmente a chance de óbitos**, uma vez que é de suma importância o diagnóstico precoce das enfermidades para que assim sejam tratadas evitando a evolução dos quadros para doenças que podem vir a ocasionar óbitos; destacando a notoriedade da execução dos exames profiláticos para a realização dos cuidados adequados.*”

⁶⁵ Processo nº 00196-00000004/2024-32 (Doc 130419125). Memorando nº 1/2024-FJZB/GAB/SUCOP, de 2 de janeiro de 2024 (DA_23).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

(...) não possui um local destinado a quarentena/isolamento, com controle sanitário adequado, tornando o local propenso a contaminação e disseminação de doenças infectocontagiosas, como por exemplo, o vírus da raiva e cinomose para mamíferos, circovírus para aves, doenças para as quais não há atualmente cura, expondo desta forma o plantel a um risco sanitário” (Grifou-se).

109. Como visto, a situação atual é grave e exige medidas que dizem respeito a adequações das estruturas físicas existentes e contratações de insumos, equipamentos e serviços. Nesse sentido, além da vistoria *in loco* da parte de infraestrutura física e equipamentos existentes, esta equipe analisou os contratos relacionados aos cuidados médicos.

Morosidade de contratos de medicamentos e de prestação de serviços relacionados a cuidados médicos

110. O Zoológico informou a existência de processos para aquisição de medicamentos, equipamentos, material hospitalar e serviços laboratoriais e de contenção química:

Quadro 3 - Processos para aquisição de insumos médicos

PROCESSO	OBJETO	FASE
00196-00000361/2023-10	Aquisição de armamento de contenção química	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000659/2023-20	Serviços auxiliares de diagnóstico por imagem	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000761/2021-63	Medicamentos de uso humano	Licitação homologada em 22.12.2023. Ainda não houve fornecimento do produto.
00196-00000517/2022-81	Aquisição de medicamentos veterinários	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000134/2023-94	Medicamentos de uso humano - dispensa	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00001529/2023-12	Aquisição de medicamentos veterinários - dispensa	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000120/2021-17	Serviços laboratoriais: análises clínicas, citologia, imuno-histoquímica e anatomia patológica	Publicação do resultado do julgamento, licitação deserta.
00196-00000008/2024-11	Serviços laboratoriais: análises clínicas, citologia, imuno-histoquímica e anatomia patológica - emergencial	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000883/2021-50	Equipamentos hospitalares	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000143/2023-85	Equipamentos hospitalares	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000128/2023-37	Material hospitalar	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000759/2021-94	Insumos para contenção e materiais hospitalares	Em andamento, em fase de estudo e autorização
00196-00000023/2024-69	Equipamentos hospitalares, de contenção e materiais permanente diversos	Em andamento, em fase de estudo e autorização



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

00196-00000361/2021-58	Termos de cooperação com clínicas e/ou hospitais veterinários: UNB – residência em clínica e cirurgia de animais silvestres.	restrito
------------------------	--	----------

Fonte: elaborado pela equipe com base no DA_07, e-Doc 1690F38F. A fase processual foi consultada via processo SEI em 06.02.2024.

111. Foi observado que diversos processos se encontram em fase inicial, inclusive processos mais antigos (de 2021), e que **não houve fornecimento de nenhum produto/serviço objeto dos certames indicados pelo Zoológico.**

112. A análise pormenorizada das peças dos processos acima permitiu identificar que em alguns deles a morosidade e as frequentes falhas têm impactos significativos no desenvolvimento eficiente dos processos licitatórios. A demora no andamento das licitações resultou na expiração de pesquisas de preços, levando a um ciclo de retrabalho, onde novas pesquisas precisam ser realizadas, consumindo recursos e tempo da equipe envolvida. Além disso, a ocorrência frequente de falhas e ajustes nos termos de referência adiciona uma camada adicional de complexidade, exigindo correções e ajustes que consomem tempo valioso:

Quadro 4 - Processos para aquisição de insumos médicos

Processo	Situação detectada
00196-00000761/2021-63	<ul style="list-style-type: none"> 3 pesquisas de preço refeitas devido a erro ou vencimento* (peças 92729444, 103354401 e 121325225) 3 ajustes/erros no termo de referência (peças 97688548, 10877771 e 98260128)
00196-00000128/2023-37	<ul style="list-style-type: none"> 3 Ajustes/erros no termo de referência (peças 108156921, 122386856 e 123421483)
00196-00000120/2021-17	<ul style="list-style-type: none"> 2 pesquisas de preço refeitas devido a erro ou vencimento* (peças 84220109 e 106322923) 2 ajustes/erros no termo de referência (peças 82806323 e 117650547)
00196-00000759/2021-94	<ul style="list-style-type: none"> 2 pesquisas de preço refeitas devido a erro ou vencimento* (peças 98728663 e 127964929)
00196-00000517/2022-81	<ul style="list-style-type: none"> 2 pesquisas de preço refeitas devido a erro ou vencimento* (peças 107630572 e 120238507) 3 ajustes/erros no termo de referência (peças 103196638, 105968778 e 113829113)
00196-00000134/2023-94	<ul style="list-style-type: none"> 1 pesquisa de preço refeitas devido a erro ou vencimento*

Fonte: elaborado pela equipe após pesquisa no sistema SEI.

* A pesquisa de preço tem validade de 90 dias.

113. A morosidade nos processos licitatórios para a aquisição de medicamentos e contratação de serviços médicos para animais do zoológico acarreta implicações diretas na saúde e bem-estar dos animais, comprometendo a suficiência de suprimentos essenciais, tratamentos e cuidados veterinários.



114. Em reunião realizada em 24.01.2024⁶⁶, foi reportado que atualmente **inexiste tratamento preventivo dos animais**. Ademais, não há nenhum contrato médico em vigor e as despesas com laboratório e medicação são custeadas por meio de suprimento de fundos, o que denota falta de planejamento nas aquisições de insumos médicos.

115. A falta de fornecimento dos serviços e produtos contratados pode comprometer a qualidade de vida dos animais, afetando diretamente sua saúde e comportamento. É fundamental que as licitações sejam concluídas de maneira eficiente para garantir que os animais recebam os cuidados necessários e que a instituição cumpra sua missão.

116. Ademais, importante registrar que a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em seu art. 11, estabelece que *“a alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos”*, com o intuito de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Prontuários dos animais

117. Com relação aos prontuários do plantel da FJZB, foi reportado à equipe **que os registros de prontuário eletrônico foram perdidos**. Atualmente, todo o histórico e registro médico é realizado em meio físico nos livros de prontuário⁶⁷.

118. Não que as fichas físicas não possam ser utilizadas. O que chamou a atenção da equipe foi a transição de um prontuário eletrônico para o formato em papel, ocorrida após uma falha de segurança da informação.

119. Dessa forma, são perdidas algumas das vantagens proporcionadas pelo uso de um prontuário eletrônico, tais como: acesso rápido e fácil; dados que podem ser pesquisados; organização eficiente; parâmetros pré-definidos; redução de erros e redundâncias; capacidade de comparação; apoio ao processo de tomada de decisão clínica, entre outros benefícios.

120. À título comparativo, o CBMDF possui prontuário (planilha eletrônica) consolidando os dados dos cães como raça, nº do microchip, data de nascimento, tipo sanguíneo, data do último cio (no caso de fêmeas), datas das últimas e próximas vermifugações e antiparasitário (medicação e coleira antiparasitária)⁶⁸.

121. O prontuário também abrange as datas das últimas e das futuras vacinas (vacina v10, antirrábica, giárdia, antigripal e leishmaniose) e o controle de peso do animal. O acompanhamento é realizado desde 2022.

⁶⁶ PT_07.

⁶⁷ PT_03 – Relatório de visita ao Zoológico (em 12/12/2023). Informou-se sobre a existência de livros com os registros dos animais.

⁶⁸ DA_02.10, e-DOC A 87E03C19.



122. Em visita ao CBMDF realizada pelos auditores⁶⁹ foi relatado o desenvolvimento de um aplicativo com registro de todas as atividades (ocorrências, treinamentos, ordem de missão) e informações sobre o quadro geral de saúde.

123. Por fim, em relação ao HVET, destaca-se a existência de um Grupo de Trabalho criado em 2024 para elaborar estudos e apresentar proposta que visa terceirizar o Hospital Veterinário do Zoológico de Brasília⁷⁰.

2.1.3 Causas

124. As causas do presente achado são:

- ausência ou falhas de planejamento: o zoológico não antecipou nem estabeleceu de forma adequada as necessidades de adaptação das estruturas físicas existentes, nem providenciou a aquisição dos equipamentos essenciais para cuidados médicos dos animais, juntamente com os recursos para efetuar as mudanças necessárias;
- falta de expertise na elaboração dos Termos de Referência deficientes, resultando em atrasos e retrabalho nos processos de contratação;
- fragilidade em mecanismos de controles internos e de gestão de riscos de processos de contratação pública; e
- ausência de critérios de segurança da informação adequados para garantir a proteção dos prontuários eletrônicos existentes.

2.1.4 Considerações do jurisdicionado

Em relação à morosidade de diversos processos para aquisição de insumos médicos⁷¹:

125. A FJZB alegou que o setor responsável por compras e contratações tem enfrentado dificuldades devido ao número reduzido de colaboradores. Apesar da recente ampliação do quadro de pessoal, a força de trabalho ainda não é suficiente para atender à alta demanda do setor impactando significativamente a capacidade de gerenciar e executar os processos de contratação.

126. Alguns processos estão em estágio inicial devido à alta demanda e à ausência de planejamento estratégico para determinar quais produtos ou serviços são prioritários para o órgão em termos de contratação.

127. A despeito das frequentes falhas identificadas nos processos supra, as quais geram retrabalho e morosidade, as justificativas apresentadas foram as seguintes quanto a ajustes e erros nos termos de referência:

⁶⁹ Visita *in loco* realizada em 15.12.2023 (PT_02).

⁷⁰ Instrução nº 6, de 9 de janeiro de 2024, publicada no DODF nº 9, de 12/01/2024.

⁷¹ Peça nº 31 (DA_35, e-DOC 3E2358AC), fls. 01 a 04.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

- carência de pessoal capacitado para elaboração dos termos. As especificações contidas nos termos são geralmente uma cópia de antigas demandas, assim, a maioria acaba por se tornar defasada, justificando os diversos ajustes requeridos aos demandantes;
- muitas demandas carecem de planejamento estratégico, tático e operacional, além do alinhamento entre a alta gestão e os setores em relação às prioridades do órgão em nível micro e macro;
- a falta de definição de atribuições para os setores prejudica a revisão e correção dos Termos de Referência e torna o fluxo processual confuso;
- a ausência de ferramenta de pesquisa de preços com vistas a agilizar o processo de estimativa contribuiu para que as pesquisas ficassem muito próximas ao vencimento;
- algumas das fontes de pesquisa obrigatórias são lentas e saem do ar com frequência; e
- existência de divergências acerca da priorização dos processos de aquisições.

128. Quanto às pesquisas de preços que precisaram ser refeitas diversas vezes, a validade destas expirou devido a:

- falhas no fluxo processual;
- paralisações do processo para revisão e correção do Termo de Referência;
- mudança de gestor (para o cargo de Superintendente de Administrativo e Financeiro);
- dependência da SEEC para a realização do processo licitatório e para revisão das pesquisas; e
- processo parado em setores devido à falta de funcionários para atendimento das diversas demandas urgentes para área de compras.

129. De maneira geral a FJZB alega que a morosidade nas licitações se justifica pela mecânica processual envolvida nos pedidos para atender as demandas do cotidiano, nas mudanças na gestão e entrada de novos funcionários sem reorganização das atribuições.

No que diz respeito à adequação da estrutura física do HVET⁷²:

130. O órgão reportou que a ambientação do centro cirúrgico do hospital veterinário comporta animais de até 200kg e animais acima desse peso têm indicação de realização de procedimentos a campo.

131. Corroborou as deficiências apontadas pela equipe, como o raio X inoperante, ocupação do espaço do hospital por animais excedentes, ausência de sala

⁷² Peça nº 35 (DA_38, e-DOC C0F443CF), fls. 03 a 4.



de triagem e quarentena/isolamento, mas relatou a existência de projeto de terceirização do Hospital Veterinário com a proposta de modernização das instalações⁷³. Também houve referência a processos de contratação de laboratório⁷⁴.

Em relação aos prontuários médicos:

132. A FJZB concordou com os apontamentos efetuados, entretanto entende que enquanto não houver segurança de dados, o órgão fica limitado ao processamento manual das informações. A atual gestão vai verificar a implementação de melhor prática.

Em relação propostas de encaminhamento:

133. Informou novamente a existência de projeto de terceirização do HVET e processos a respeito da elaboração de planejamento estratégico⁷⁵.

2.1.5 Posicionamento da equipe de inspeção

134. De maneira geral, as alegações apresentadas pela FJZB corroboraram as irregularidades identificadas. O Zoológico não trouxe elementos capazes de afastar os apontamentos.

135. No que se refere à morosidade processual, a jurisdicionada apresentou diversas justificativas para a morosidade nos processos licitatórios, como a carência de pessoal capacitado, a ausência de ferramenta de pesquisa, dependência de outra secretaria, mudanças na gestão etc. Embora tais justificativas sejam pertinentes e impactem negativamente a celeridade processual, é imperativo que o gestor adote medidas proativas para mitigar esses entraves.

136. Alguns desses quesitos foram inclusive destacados como causas para as evidências apresentadas, o que corrobora a necessidade da implementação das proposições sugeridas pela equipe de inspeção.

137. Em relação aos problemas identificados no HVET, como solução, a administração do zoológico informou que está em andamento um processo licitatório visando a terceirização dos serviços hospitalares. No entanto, ao examinar os processos que tratam do tema⁷⁶, constatou-se que ainda se encontram em fase inicial, indicando que a implementação dessa medida e seus efeitos práticos sobre as irregularidades identificadas demandarão um tempo considerável.

138. Destarte, é fundamental que a FJZB adote ações imediatas e intermediárias para mitigar os problemas existentes no Hospital Veterinário, garantindo a continuidade e a qualidade do atendimento aos animais enquanto a terceirização (ou outra solução) não é efetivada.

⁷³ Processos nºs 00196-00000004/2024-32, 00196-00000549/2024-49 e 00196-00000529/2024-78.

⁷⁴ Processos nºs 00196-00000318/2022-73 e 0019600000008/2024-11.

⁷⁵ Processos nos 00196-00000508/2024-52 e 00196-00000472/2024-15.

⁷⁶ Em pesquisa ao SEI.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

139. O mesmo entendimento se aplica em relação à contratação de laboratório cujos processos estão tramitando, mas ainda não houve contratação e, por conseguinte, efetiva prestação de serviços⁷⁷.

140. No que tange aos prontuários médicos dos animais do plantel, em que pese a administração informar que vai verificar a possibilidade de implementar melhores práticas, até o momento não foram observadas iniciativas concretas para resolver essa questão.

141. Sem um sistema eficiente de registro e acompanhamento médico, a gestão da saúde dos animais torna-se precária, podendo resultar em diagnósticos tardios. Conseqüentemente, a falta de prontuários eletrônicos dificulta uma gestão eficaz da saúde e o controle populacional do plantel, em razão da ausência de dados gerenciais. Sem dados eletrônicos, não é possível, por exemplo, obter de forma segura e em tempo razoável o quantitativo de óbitos de animais ocorridos nos últimos anos e as respectivas causas.

142. Os dados do plantel oficial da Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB são extraídos do Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre – Sisfauna, sistema eletrônico disponibilizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. De acordo com os dados oficiais constantes no sítio eletrônico da FJZB, em dezembro de 2023, o plantel era composto por 521 animais. Nesse sentido foi observada uma redução considerável de 30% no plantel do Zoológico quando comparado o quantitativo de 2018⁷⁸.

143. Por fim, em relação à elaboração de planejamento estratégico, embora demonstre iniciativas nessa direção, observou-se que os processos acerca do tema ainda são incipientes⁷⁹.

144. Pelo exposto, as alegações trazidas pelo jurisdicionado confirmam as análises e evidências, o que justificava a manutenção das proposições contidas no Relatório Prévio de Inspeção relativas a este Achado.

2.1.6 Propostas de encaminhamento

145. Determinar à FJZB que:

- a. adote providências para a melhoria da infraestrutura do hospital veterinário do zoológico, mediante levantamento das necessidades mínimas para operação satisfatória da unidade (instalações, equipamentos e recursos humanos), acompanhado de custos, prazos e prioridades de implementação, a fim de subsidiar a tomada de decisão das medidas a serem tomadas, sem esquecer de traçar objetivos e metas mais imediatos, para que os animais não fiquem desassistidos até a conclusão dessa etapa que demanda tempo significativo para conclusão;

⁷⁷ PT_4.

⁷⁸ A primeira informação do plantel reportada pelo Zoológico em 2018 menciona uma coleção de 743 animais.

⁷⁹ PT_4.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

- b. elabore planejamento estratégico e operacional, de modo a orientar a entidade na busca de melhores resultados institucionais, identificando oportunidades e fragilidades e, ainda, estabelecendo visão de futuro, objetivos estratégicos, iniciativas e prioridades institucionais, indicadores de desempenho, entre outros elementos que propiciem o fortalecimento da governança institucional;
- c. promova melhoria do processo de contratação de serviços e compra de material hospitalar destinado ao hospital veterinário, acompanhado de capacitação dos servidores, de modo a suprimir as frequentes correções em termos de referências e/ou editais; aumentar a coordenação entre as unidades envolvidas; obter informações gerenciais atualizadas; disponibilizar crédito orçamentário suficiente, garantir que as licitações sejam concluídas em tempo razoável;
- d. institua, com o suporte da Controladoria-Geral do DF, política de gestão de riscos no âmbito da entidade, com o objetivo de evitar e/ou mitigar os riscos envolvidos com a morosidade na contratação de serviços, medicamentos e demais insumos hospitalares destinados ao atendimento médico veterinário dos animais, a fim de melhorar o controle e celeridade dessas contratações, garantindo qualidade no gasto público, em observância às diretrizes da governança pública estabelecidos pelo Decreto nº 39.736/2019;
- e. desenvolva ações para retomar a utilização de prontuário eletrônico dos animais atendidos pelo hospital veterinário do zoológico, implementando previamente medidas para assegurar a integridade, controle de acesso, rastreabilidade, histórico de alterações e segurança dos dados dos animais sob custódia do zoológico.

3. Questão de inspeção nº 3: As unidades estão devidamente organizadas para garantir a prestação adequada de tratamento animal?

Parcialmente. O BPCães e o GBS mantêm uma organização adequada para o tratamento dos animais sob sua custódia, todavia, o Zoológico carece de melhorias. Apesar de haver documentos normatizando as rotinas de manejo e alimentação, não há planejamento da aquisição de gêneros alimentícios e a estrutura do biotério é precária. Ademais faltam servidores capacitados para atuar na atividade fim do órgão.

3.1 Achado de inspeção nº 4: Falhas estruturais e de planejamento referentes a disponibilização de água e alimentos aos animais

3.1.1 Critério:

146. As unidades devem estar devidamente organizadas para garantir a prestação adequada de tratamento animal, por meio de ambientes apropriados e rotinas de manejo bem definidas. A alimentação deve ser provida de forma suficiente, armazenada adequadamente e gerida de forma a evitar riscos de descontinuidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Ainda dentro do contexto da alimentação, o biotério⁸⁰ deve possuir estrutura adequada para criação e manejo dos animais. Também deve ser garantida a disponibilização de água de qualidade aos animais.

3.1.2 Análises e Evidências

Fragilidade na contratação de alimentação para os animais

147. Os processos em andamento de aquisição de gêneros alimentícios do Zoológico de Brasília são os seguintes:

Quadro 5 - Processo de aquisição de gêneros alimentícios

PROCESSO	OBJETO	Fase
00196-00001561/2023-90	Aquisição de vasilhames para alimentação – suprimento de fundos	Emissão de Ordem Bancária
00196-00001487/2023-10	Aquisição de hortifruti - emergencial	Autorização de despesa e emissão de nota de empenho
00196-00000153/2024-00	Aquisição de ração e outros alimentos – suprimento de fundos	Solicitação de suprimento de fundos à servidora
04033-00018020/2023-23	PLS 34 – aquisição de rações, alimentos completos e suplementos	Realização de estudos técnicos para autorização do certame
04033-00012221/2023-17	PLS 15 – aquisição de hortifruti, rações e outros alimentos	Autorização de publicação do edital do pregão eletrônico
00196-00000974/2023-57	Aquisição de rações e outros alimentos	Análise de termo de referência

Fonte: elaborado pela equipe com base no DA_07. A fase processual foi consultada via processo SEI em 06.02.2024.

148. Observa-se que enquanto os processos regulares de aquisição estão em fases preparatórias (estudos, editais, análises), a execução e efetiva compra dos alimentos do Zoológico é realizada exclusivamente por meio de **processo emergencial e suprimentos de fundos**.

149. Destaca-se que todas as informações necessárias para o planejamento do fornecimento de alimentação estão disponíveis previamente aos gestores, como o número de animais, histórico de quantidade consumida, tempo processual, vigência do contrato atual, dentre outras informações que se repetem durante anos nessa unidade. A disponibilização de comida e água é tratamento mínimo e básico de qualquer unidade ou pessoa que tenha sob seus cuidados um animal.

150. Dessa feita, é preocupante que um item tão relevante e básico para os animais, diretamente relacionado com a atividade finalística da instituição, não seja adquirido por meio de um processo regular de contratação.

151. Como consequência da falta de um planejamento adequado, de mecanismos de gestão de risco e de uma contratação regular, é possível ocorrer um

⁸⁰ Local em que roedores são criados para que sejam posteriormente utilizados na alimentação de outros animais, como serpentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

eventual desabastecimento no fornecimento de alimentos, o que seria inaceitável, tendo em vista que é vital para a sobrevivência dos animais.

152. O planejamento bem aplicado ajuda a reduzir riscos e incertezas, além de direcionar os recursos de forma adequada, criando condições favoráveis para alcançar resultados eficazes e benéficos para o interesse público, o que reflete o princípio da eficiência, sendo uma boa prática na Administração Pública.

153. Veja-se que um regular processo licitatório, além de proporcionar condições para alcançar um melhor custo-benefício na aquisição, avalia diversas condições como a capacidade técnica e financeira da empresa contratada, além de possibilitar o chamamento de um segundo colocado, em caso de inexecução, dentre outros benefícios.

Preparação, acondicionamento e destinação da alimentação

154. No que diz respeito às normas internas do zoológico, a preparação da dieta deve seguir as seguintes etapas (POP 12 da Diretoria de Nutrição e Alimentação Animal)⁸¹:

1. Identificar no quadro/tabela a dieta a ser preparada;
2. Utilizar a bancada específica para a elaboração da dieta (primatas, África, aves e carnívoros);
3. Processar os itens alimentares utilizados na preparação da dieta em questão (picar, triturar, fatiar);
4. Organizar os itens processados em bandejas;
5. Preparar as dietas de acordo com as recomendações do quadro/tabela;
6. Colocar as dietas preparadas no setor de expedição no horário determinado.

⁸¹ DA_18, e-DOC 5B662B0E.



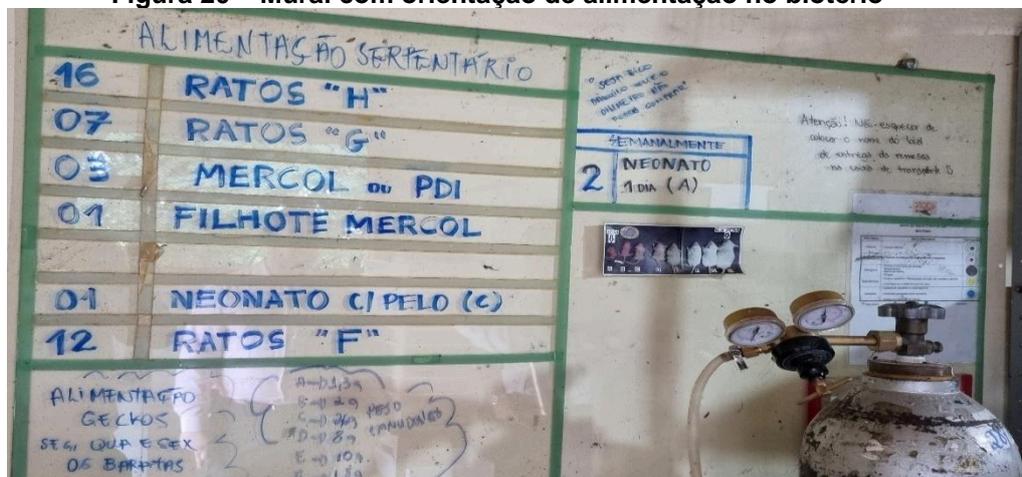
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 19 – Sala de preparação dos alimentos e murais com orientações sobre a alimentação dos grupos



Fonte: equipe de inspeção

Figura 20 – Mural com orientação de alimentação no biotério



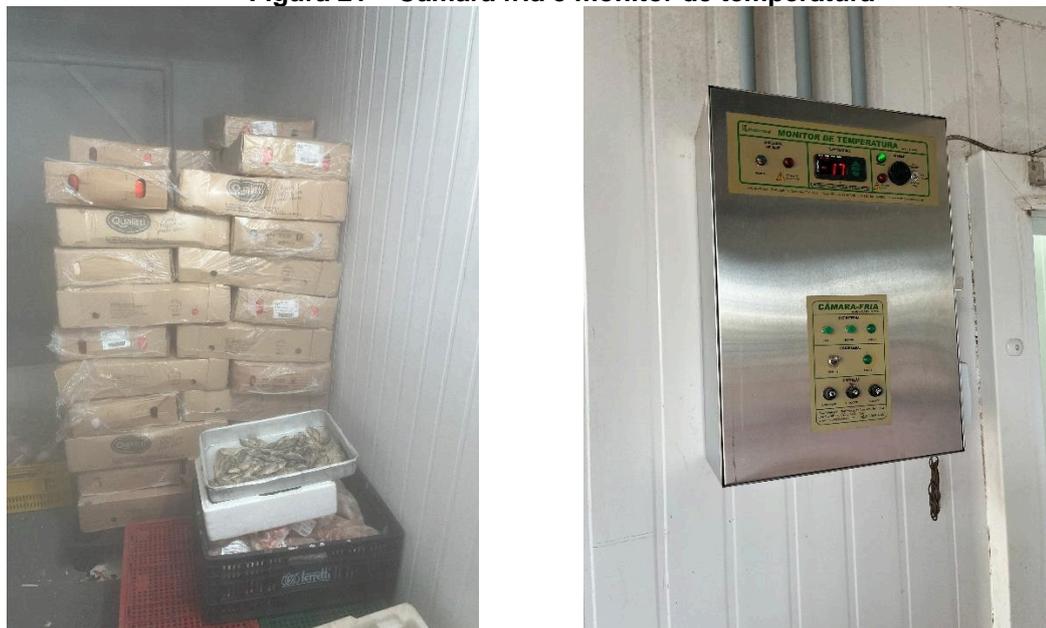
Fonte: equipe de inspeção

155. No setor de alimentação e nutrição animal, anexo ao HVET, encontram-se instaladas e em funcionamento uma câmara de congelamento e uma de resfriamento para estocagem de produtos cárneos e vegetais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 21 – Câmara fria e monitor de temperatura



Fonte: equipe de inspeção

156. Aferiu-se a **ausência de um contrato de manutenção para as câmaras existentes**⁸², o que representa um risco para o acondicionamento dos alimentos⁸³.

157. No processo de destinação do alimento, um carro leva a comida a diversos pontos de recepção dentro do zoológico, que são utilizados pelos tratadores que levam aos animais.

158. Sobre esses pontos, destaque para o local de recebimento da alimentação da ilha dos macacos, que divide espaço com material de limpeza, e as condições do barco utilizado para o transporte dentro do lago⁸⁴:

⁸² PT_07. Não há contrato de manutenção (quando é necessário manter esses equipamentos, isso é feito por meio de suprimento de fundos).

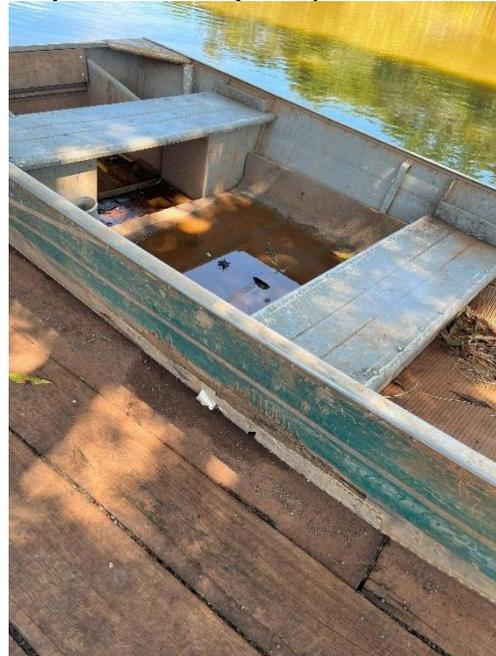
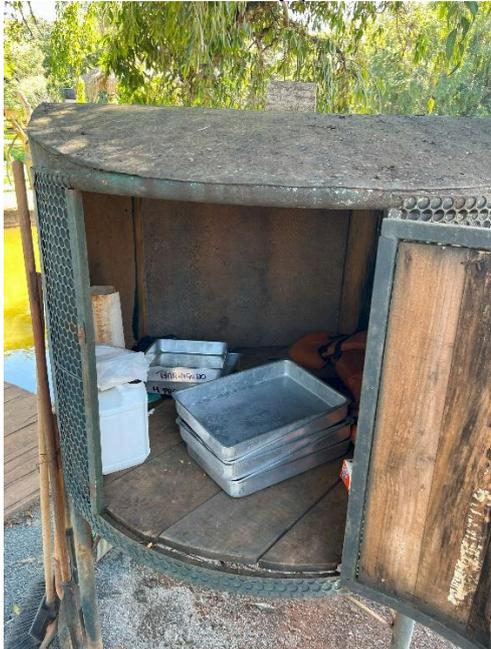
⁸³ No Relatório Prévio de Inspeção foi ressaltada a *“indicação de necessidade de uma terceira câmara fria”*, nos termos do DA_07 – Resposta da FJZB em relação à Nota de Inspeção nº 4 (e-DOC XXX). No entanto, em nova manifestação realizada nessa fase processual (Nota Técnica nº 5/2024-FJZB/GAB/SUCOP, peça nº 35, DA_38, e-DOC C0F443CF), indicou-se que *“no cenário atual de entregas de alimentos perecíveis, variedade e quantidade que precisamos acondicionar, não acreditamos que há necessidade de uma terceira câmara fria”* (grifou-se).

⁸⁴ Segundo informações dos supervisores, os tratadores entram com baldes no barco para minimizar os efeitos da entrada de água por rachaduras e buracos, conforme conferido em visita *in loco* realizada em 8 de abril de 2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 22 – Local de recepção de alimentação e barco para seu transporte (ilha dos macacos)



Fonte: equipe de inspeção.

Precariedade das instalações do Biotério

159. No setor de biotério roedores são criados para que sejam posteriormente utilizados na alimentação de outros animais. Entretanto, **sua estrutura é inadequada e carece de reforma e ampliação**, a fim de melhorar a ventilação e instalação elétrica, a disposição de baias e gaiolas e os materiais de revestimento para facilitar a limpeza.

160. A esse respeito, a **realização de reparos e manutenções são considerados urgentes e prioritários** em face do ambiente precário para os animais e tratadores que realizam o manejo.

161. O feno é armazenado no mesmo pavilhão do biotério, e os problemas estruturais do telhado, especialmente a infiltração, podem afetar negativamente a preservação desse alimento (que, inclusive, possui um custo representativo⁸⁵.)

⁸⁵ Segundo discutido em reunião com o Presidente do Zoológico (PT_07).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 23 – Telhado do biotério (estrutura externa e interna)



Fonte: equipe de inspeção.

162. Note-se na imagem à esquerda que **uma lona preta é utilizada no telhado de forma improvisada, a fim de prevenir a entrada de água das chuvas.**

163. Além da má qualidade da infraestrutura do local, observa-se que o acondicionamento do feno é dividido com uma espécie de depósito, onde estão inseridos equipamentos e materiais inutilizados (imagem à direita da figura a seguir).

Figura 24 – Armazenamento do feno do biotério



Fonte: equipe de inspeção.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Gestão deficiente da qualidade da água disponibilizada aos animais

164. Na primeira visita realizada no Zoológico⁸⁶, foi reportado um problema de contaminação na água. Instada a se manifestar a esse respeito, a FJZB reportou que⁸⁷:

“A água residual de lavagem de alguns recintos cai em uma das lagoas, sendo os resíduos sólidos recolhidos. Esse problema já é de conhecimento da atual gestão e serão realizadas tratativas com a CAESB para buscar a melhor solução para recepção e tratamento dessas águas residuais e das lagoas existentes no Zoológico. (Grifou-se)

165. A Diretoria de Mamíferos, ao abordar as adaptações requeridas nos recintos, também mencionou o tema, destacando a necessidade de ⁸⁸:

“- construção de sistema de escoamento e filtragem para a água utilizada na lavagem de recintos para escoar para ecofossas (evitando o escoamento para o lago dos hipopótamos)” (Grifou-se)

166. Além do lago dos hipopótamos, identificou-se um problema grave e relevante relacionado à qualidade da água na lagoa onde se encontra a Ilha dos Macacos⁸⁹. O sistema de escoamento de águas, que abrange várias áreas do zoológico, recebe uma variedade de elementos, incluindo resíduos da limpeza de ambientes e lixo descartado, com destino à referida lagoa:

⁸⁶ Em visita *in loco* realizada no Zoológico em 12.12.2023. PT_03 (associado aos autos).

⁸⁷ DA_22, e-DOC E9C50D19.

⁸⁸ DA_7 (e-DOC 1690F38F-e), em resposta à Nota de Inspeção nº 4 (documento associado).

⁸⁹ No retorno da equipe ao Zoológico. Visita *in loco* realizada em 8 de abril de 2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 25 – Parte final do sistema de escoamento até a lagoa dos macacos



167. Essa problemática é agravada pela falha no funcionamento das cascatas e bombas d'água no zoológico. Devido a isso, a água limpa e renovável das cascatas não chega à Ilha dos Macacos, obrigando os animais a consumirem a única fonte disponível, proveniente da lagoa. Em outras palavras, os macacos são forçados a beber água da lagoa, a qual recebe uma variedade de resíduos sem qualquer tratamento:

Figura 26 – Cascata sem funcionamento na Ilha dos Macacos





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

168. Dessa feita, resta clara a necessidade de uma atuação mais assertiva por parte do Zoológico no tratamento das águas das lagoas do parque, problema já de conhecimento da atual gestão. Diante do desafio de contaminação da água, é imperativo que o Zoológico intensifique os esforços na busca por uma solução imediata e efetiva, se for o caso, em colaboração com a CAESB (ou outras instituições especializadas). Ao demonstrar comprometimento e ação proativa, há maior probabilidade de encontrar uma solução efetiva para a contaminação da água.

169. Por todo o exposto, as evidências demonstram a falta de planejamento a médio e longo prazo para aquisição de gêneros alimentícios e a incipiência de ações resolutivas a respeito da poluição hídrica (que podem comprometer a saúde dos animais sob custódia do GDF), bem como problemas estruturais que prejudicam o manejo dos animais (a exemplo do biotério).

3.1.3 Causas

170. São causas do presente achado:

- Ausência ou falhas de planejamento de médio/longo prazo: o zoológico não previu ou estabeleceu de maneira prévia e suficiente as necessidades básicas de alimentação dos animais do seu plantel, a fim de manter regularmente contratos de fornecimento de gêneros alimentícios de maneira continuada;
- Ausência ou falhas de planejamento: o zoológico não previu ou estabeleceu de maneira suficiente a manutenção e conservação das estruturas físicas existentes (biotério, cascatas);
- Fragilidade organizacional da atividade de manutenção e conservação das instalações; e
- Ações incipientes em relação à resolução da contaminação da água.

3.1.4 Considerações do jurisdicionado⁹⁰

171. No que tange ao planejamento alimentar dos animais, a FJZB reportou que segue o planejamento da gestão anterior, e na medida do possível, lança mão de instrumentos emergenciais, como processo de suprimentos de fundos, para que não seja comprometida a saúde, o bem-estar dos animais e a rotina dos colaboradores da Instituição.

172. Esclareceu que o planejamento da gestão anterior falhou na definição de alguns itens e ingredientes indispensáveis para o adequado funcionamento o setor de Nutrição e Alimentação Animal.

173. Destacou que por meio de Termo de Referência elaborado, toda a alimentação dos animais para os próximos 12 meses foram adquiridos e empenhados por meio do PLS15⁹¹.

⁹⁰ Peça nº 35 (DA_38, e-DOC C0F443CF), fls. 07 e 08.

⁹¹ Peça nº 32 (DA_34, e-DOC E2E2417E).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

174. Corroborou os apontamentos realizados pela equipe de inspeção em relação à necessidade de reforma e ampliação do Biotério e informou que o assunto está sendo discutido internamente entre os gestores⁹².

175. Em relação às câmaras frias, a Diretoria de Nutrição e Alimentos entende que no cenário atual de entregas de alimentos perecíveis, variedade e quantidade que precisam ser acondicionadas, não há necessidade de uma terceira câmara. Entretanto, o órgão confirma que de fato **não** há contrato de manutenção ativo, mas espera que a contratação de manutenção ocorra no curto prazo⁹³.

176. Referente ao material de limpeza armazenado junto ao gaiolão que recebe a alimentação dos primatas alojados nas ilhas, esclareceu que os tratadores foram orientados a modificar a rotina do procedimento devido ao risco de contaminação dos alimentos. Há processo a respeito da aquisição de novos barcos e remos⁹⁴.

177. Apesar do armazenamento do feno, justificou-se que há um local com menor capacidade de armazenamento, o qual não atende a quantidade de feno que precisa ser estocada, de maneira que o excesso precisa ser acondicionado no cômodo ao lado do Biotério. Em contraponto, já se encontra em fase de planejamento o projeto de ampliação do depósito, com dimensionamento compatível com a demanda de entrega e consumo.

178. Por fim, concernente ao do problema de contaminação na água, a FJZB reportou que alguns recintos estão passando por reforma⁹⁵ e possuem filtros que manterão a água dos tanques limpa por até três meses, evitando assim o desperdício. Os novos recintos também contarão com filtros. Há processo de desassoreamento e tratamento do lago em que se encontram os primatas, bem como processo prevendo a adequação da Galeria África, incluindo os recintos e a estrutura hidrossanitária do setor.

3.1.5 Posicionamento da equipe de inspeção

179. Quanto à aquisição de alimentos, embora a FJZB afirme seguir o planejamento da gestão anterior e utilizar instrumentos emergenciais como o suprimento de fundos para assegurar a saúde e o bem-estar dos animais, tal abordagem é insuficiente para garantir um planejamento alimentar adequado, regular e contínuo. A necessidade de um planejamento com a definição de itens e ingredientes indispensáveis precisa ser priorizada de maneira estruturada e não apenas por medidas emergenciais.

⁹² O processo SEI nº 00196-00000175/2023-81 trata do assunto.

⁹³ Segundo a FJZB, o processo SEI nº 00196-00000318/2024-35 trata do assunto e a contratação já se encontra aprovada pelas instâncias superiores.

⁹⁴ Processo SEI nº 00196-00001122/2023-87.

⁹⁵ MA 36 – Ariranhas e MA 28 e 29 – Cervo-do-Pantanal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

180. No entanto, relevante resultado a conclusão de um dos processos regulares para aquisição de alimentos (PLS 15). É essencial que haja um planejamento adequado para que esses procedimentos sejam concluídos sem a necessidade de recorrer a medidas emergenciais.

181. Em relação à necessidade de reforma e ampliação do Biotério, embora discutida internamente, ainda não resultou em ações concretas, pois o processo que trata do assunto é incipiente⁹⁶.

182. A ausência de manutenção das câmaras frias existentes foi confirmada, o que pode comprometer significativamente a funcionalidade, essencial para o armazenamento adequado de alimentos perecíveis. A expectativa de contratação de manutenção no curto prazo demonstra que a Administração está atenta a essa questão, porém ainda não foi alcançado o efetivo resultado da contratação⁹⁷.

183. Importante a orientação dada aos tratadores para modificar a rotina do procedimento de armazenamento de material de limpeza, visando evitar a contaminação dos alimentos dos primatas, o que demonstra ações no sentido de mitigar os apontamentos realizados pela fiscalização.

184. Em relação ao armazenamento do feno, a justificativa de que o local disponível é insuficiente, resultando no armazenamento excessivo ao lado do Biotério, demonstra uma falha na capacidade de estocagem. Embora haja um projeto de ampliação do depósito em fase de planejamento, a situação atual permanece inadequada e não atende às necessidades de armazenamento seguro.

185. Por fim, no que tange ao problema de contaminação na água, a FJZB menciona reformas e a instalação de filtros em alguns recintos, além de processos de desassoreamento e tratamento do lago. No entanto, são medidas pontuais ou em fases de implementação/planejamento, não alcançando ainda a completude de forma imediata e efetiva da questão da contaminação da água.

186. Pelo exposto, embora já exista algumas ações no sentido de solucionar os apontamentos da fiscalização, as alegações trazidas pelo jurisdicionado confirmam as análises e evidências, o que justifica a manutenção das proposições contidas no Relatório Prévio de Inspeção relativas a este Achado.

3.1.6 Propostas de encaminhamento

⁹⁶ O processo a respeito da reforma do Biotério está em fase inicial e sem movimentação desde fevereiro de 2024 (PT_4).

⁹⁷ Em consulta ao SEI foi observado que o processo que trata do assunto está e fase inicial ainda, contando apenas com termos de referência e despachos à data da consulta (PT_4).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

187. Destarte, ante as evidências de necessidade de realização de manutenções e reformas, propõe-se determinar à FJZB que:

- a. adote medidas com vistas à reforma e modernização do biotério, com a urgência que o caso requer, em razão do precário estado de conservação do ambiente;
- b. implemente planejamento de aquisições gêneros alimentícios para o curto e médio prazo destinados aos animais, considerando as necessidades nutricionais específicas de cada espécie, bem como capacite os servidores responsáveis pela execução e gerenciamento da atividade, para garantir o bem-estar dos animais e otimizar o gerenciamento de recursos;
- c. adote medidas, com a urgência que o caso requer, para revisão do sistema de escoamento da água utilizada na lavagem de recintos, bem como garanta a disponibilidade de água com qualidade para os animais, de modo reverter o cenário de contaminação e de risco para a saúde dos animais, avaliando, se for o caso, a realocação temporária de animais e/ou instalação de fontes adicionais de água entre outras medidas.

3.2 Achado de inspeção nº 5: Inexistência de plano de segurança em casos de evasão de animais do zoológico

3.2.1 Critério:

188. A implementação de planos de emergência e a utilização de equipamentos apropriados para a contenção e captura de animais do zoológico em casos de evasão são fundamentais no sentido de garantir a segurança tanto desses quanto dos tratadores e do público, evitando incidentes prejudiciais. Além disso, promovem o bem-estar animal ao estabelecerem procedimentos adequados que minimizam o estresse e possíveis lesões, bem como refletem o compromisso ético da instituição com o cuidado responsável e a preservação da biodiversidade.

189. A Instrução Normativa IBAMA nº 7, de 30 de abril de 2015⁹⁸, que institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, estabeleceu como requisito para autorização de instalação para a categoria jardim zoológico a elaboração de plano de emergência para caso de fuga de animais (art. 9º)⁹⁹.

3.2.2 Análises e evidências

⁹⁸ DA_29.

⁹⁹ “Art. 9º Para a análise da solicitação de Autorização de Instalação para a categoria de jardim zoológico, o projeto técnico deverá ser composto por: (...) II - plano de trabalho contendo: (...) c) **plano de emergência para casos de fugas de animais, quando couber;**” (grifou-se)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

190. No que tange a existência de normativos acerca de procedimentos para contenção de animais no âmbito do Zoológico, verificou-se diversos Planos Operacionais Padrão – POPs que versam sobre o assunto:

Quadro 6 - Planos Operacionais Padrão – POPs (contenção)¹⁰⁰

POP	Área	Objeto
01	Diretoria de Medicina Veterinária	Manuseio arma de contenção
02	Diretoria de Medicina Veterinária	Contenção química e anestésica
01	Diretoria de Mamíferos	Manejo e contenção de camelídeos, equídeos e bovídeos
02	Diretoria de Mamíferos	Manejo de contenção de girafídeos
06	Diretoria de Mamíferos	Manejo de contenção de hipopotamídeo
02	Diretoria de Aves	Manejo e contenção física da família ciconhidae (jaburu, maguari) que compõe o plantel em exposição
02	Diretoria de Répteis, Anfíbios e Artrópodes	Manejo e contenção física de quelônios

191. Ocorre que esses normativos dizem respeito aos procedimentos específicos do animal devidamente recluso em seu recinto, ou local controlado, como no Hospital Veterinário. No entanto, **inexistem diretrizes específicas e adequadas para a contenção (e captura, quando for o caso) dos animais do zoológico em casos de evasão**, o que representa sério risco à integridade física do animal, que em casos extremos, por falta de protocolos e/ou equipamentos, pode ser abatido.

192. Igualmente, **não há protocolos específicos referentes a procedimentos voltados para a segurança do público e de funcionários da instituição em caso de uma emergência dessa natureza.**

193. Recentemente, em 28 de dezembro de 2023, ocorreu uma situação inusitada com uma onça-pintada residente do zoológico. O animal escalou a parede do fosso e segurou a grade, ficando bem próxima do público visitante.

¹⁰⁰ DA_09. DA_11.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

Figura 27 – Onça escalando o fosso¹⁰¹



Fonte: G1 DF (foto retirada de vídeo em uma rede social)

194. O zoológico afirmou que não houve risco de fuga¹⁰², mas, ainda assim, o incidente desperta a necessidade de ações para garantir a segurança dos visitantes, colaboradores e animais.

195. Especificamente quanto a equipamentos de contenção, o órgão reportou o seguinte¹⁰³:

- Caixas de contenção: há somente uma caixa de contenção no HVET, que é insuficiente para o manejo dos animais em caso de urgências e emergências. Há também algumas caixas de transporte.
- Armas de dardo tranquilizantes: há apenas uma pistola de dardo tranquilizante. Foi autuado o Processo SEI 00196-00000361/2023-10¹⁰⁴ para aquisição de armas de dardos tranquilizantes diversas e equipamentos similares.
- Equipamentos utilizados para contenção física ou farmacológica dos animais: para a contenção física de animais de pequeno, médio e grande porte são utilizados materiais como puçá, cambão, pau de couro, tubo para contenção de serpentes e gancho. Para a contenção química é utilizado dardo anestésico e agulha para dardo anestésico.

¹⁰¹ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/12/30/video-onca-pintada-escala-parede-de-recinto-do-zoologico-de-brasilia-e-fica-frente-a-frente-com-visitantes.ghtml>, acesso em 22/03/2024.

¹⁰² <https://www.metropoles.com/distrito-federal/apos-susto-com-onca-zoo-de-brasilia-instala-barreira-e-cerca-eletrica>, acesso em 22/03/2024.

¹⁰³ DA_07.

¹⁰⁴ Processo ainda em fase inicial (Termo de Referência), com último despacho de outubro de 2023, conforme consulta ao SEI em fevereiro de 2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

196. Nota-se, assim, a insuficiência de equipamentos específicos de contenção e captura para situações de evasão de animais, já que não há nem mesmo um protocolo estabelecido sobre como lidar com tais incidentes¹⁰⁵. Importante reforçar que a segurança através da aquisição e manutenção adequada desses equipamentos é essencial para enfrentar possíveis emergências e assegurar o bem-estar de todos no zoológico.

197. A implementação de um plano de contenção é elemento obrigatório para o regular funcionamento do Zoológico, e visa não apenas proteger a segurança do público, dos funcionários e dos animais, mas também demonstrará responsabilidade institucional em situações críticas.

3.2.3 Causas

198. São causas do presente achado:

- Inércia na definição de um protocolo de segurança para contenção e captura de animais em casos de emergência, bem como para proteção dos visitantes e tratadores;
- Ações incipientes em relação à aquisição de equipamentos de contenção e captura de animais;
- Fragilidade dos mecanismos de controle internos; e
- Inexistência de treinamento com os funcionários para preparação em caso de emergência com evasão de animais.

3.2.4 Considerações do jurisdicionado¹⁰⁶:

199. A respeito do plano de emergência, foi informado que está em andamento um processo tratando do assunto¹⁰⁷, o qual abrange avaliações de risco detalhadas, revisão de políticas de segurança existentes e a implementação de novas práticas e procedimentos conforme necessários, visando diversas áreas para garantia segurança não só dos animais como também das pessoas que frequentam a instituição.

200. O Plano tem como objetivos a identificação de rotas de fuga seguras para os usuários; definição de procedimentos específicos para a contenção eficiente em diferentes cenários de emergência; estabelecimento de protocolos de

¹⁰⁵ O Zoológico referenciou processo que versava sobre aquisição de novos equipamentos (00196-0000023/2024-69). No entanto, trata-se de iniciativa incipiente pois, em pesquisa ao sistema SEI, foi verificado que o certame ainda está em fase de estudos e autorização. DA_22.

¹⁰⁶ Peça nº 35 (DA_38, e-DOC C0F443CF), fls. 08 e 09.

¹⁰⁷ Processo SEI nº 00196-00001820/2018-15.



comunicação claros para informar o público e as autoridades competentes durante emergências entre outros.

201. Informou que de fato é necessária a renovação de materiais de contenção, que os equipamentos atuais são mínimos, todavia há processos anuais com solicitações de aquisições de novos materiais¹⁰⁸. O fornecimento de contenção química por meio de dispensa ou licitação é feita por intermédio de uma única empresa especializada nos itens, gerando lentidão e dificuldades.

3.2.5 Posicionamento da equipe de inspeção

202. Primeiramente, embora tenha sido informado que está em andamento um processo tratando do plano de emergência, a ausência de um plano já implementado e operacional representa um risco contínuo. As avaliações de risco detalhadas, a revisão de políticas de segurança e a implementação de novas práticas e procedimentos ainda estão em fase de desenvolvimento, o que significa que a segurança atual tanto dos animais quanto das pessoas que frequentam a instituição permanece comprometida.

203. Além disso, o processo citado que aborda o assunto está em trâmite desde 2018 e sem resultados efetivos até o momento.

204. Os objetivos do plano, como a identificação de rotas de fuga seguras, definição de procedimentos de contenção eficientes, e estabelecimento de protocolos de comunicação claros, são essenciais, mas sua não implementação imediata deixa a instituição vulnerável em casos de emergência.

205. Além disso, a necessidade de renovação de materiais de contenção é reconhecida, mas a confirmação de que os equipamentos atuais são mínimos e que há processos anuais para solicitações de novos materiais indica que a situação de inadequação persiste. A dependência de uma única empresa para fornecimento de contenção química, com o conseqüente efeito de lentidão e dificuldades, agrava ainda mais a capacidade de resposta eficiente em emergências, o que exige busca por alternativas.

206. Portanto, as justificativas apresentadas pelo órgão corroboram as falhas de segurança e emergência apontadas. É imperativo que a gestão atual adote medidas concretas para implementar um plano de emergência robusto e garantir a renovação adequada e tempestiva dos materiais de contenção, assegurando a segurança dos animais e das pessoas que frequentam a instituição.

3.2.6 Propostas de encaminhamento

207. Diante do exposto, propõe-se determinar à FJZDF que:

- a. adote medidas, com a urgência que o caso requer, para elaboração de plano de contenção de animais em situações de evasão, mediante a designação de equipe que inclua profissionais especializados em comportamento animal e segurança; identificação de rotas de fuga

¹⁰⁸ Processos SEI nºs 00196-00000763/2021-52 e 00196-00000759/2021-94.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

- seguras para os usuários; definição de procedimentos específicos para a contenção eficiente em diferentes cenários de emergência; estabelecimento de protocolos de comunicação claros para informar o público e as autoridades competentes durante emergências;
- b. realize treinamentos periódicos com a equipe de funcionários para garantir familiaridade e eficácia na execução do plano de contenção de fuga de animais;
 - c. adote medidas, com a urgência que o caso requer, para garantir a aquisição de equipamentos destinados à contenção e segurança em caso de fuga de animais, bem como a definição de locais e de procedimentos de controle de uso e de armazenamento desses bens.

3.3 Achado de inspeção nº 6: Insuficiência de servidores efetivos para atuação na área fim da instituição

3.3.1 Critério

208. A existência de servidores efetivos para gestão do negócio é de extrema importância para a melhoria das instituições. A competência técnica e o conhecimento aprofundado dos cuidadores são essenciais para garantir o bem-estar dos animais, minimizando o estresse e prevenindo possíveis incidentes. Profissionais treinados estão mais aptos a lidar com emergências, como cuidados veterinários especializados, contribuindo para a saúde geral das espécies mantidas em cativeiro.

209. Em última análise, a alocação de uma equipe mínima de servidores efetivos capacitada não apenas eleva os padrões de cuidado animal, mas também fortalece a posição do zoológico como um agente ativo na promoção da conservação e educação ambiental.

3.3.2 Análises e evidências

210. Quanto à FJZB, a força de trabalho atual é composta por **191** colaboradores, distribuídos da seguinte forma: 58 servidores (efetivos e comissionados)¹⁰⁹, 77 funcionários terceirizados da empresa ADTEL (que atuam nos serviços de bilhetagem, jardinagem, limpeza, secretariado, motorista, operação com máquinas e recepção) e 56 funcionários da empresa Interativa (que atuam no trato dos animais, supervisão de manejo e fauna, condicionamento animal, educação ambiental e enriquecimento ambiental)¹¹⁰.

¹⁰⁹ A Força de Trabalho da FJZB divulgada pela SEEC na Prestação de Contas do Governo aponta para a existência de **59 (cinquenta e nove)** servidores, sendo 22 efetivos (37% da força de trabalho), 8 requisitados (14%) e 29 sem vínculo com o GDF (49%).

¹¹⁰ DA_07, e-DOC 1690F38F e DA_08, e-DOC CF98E458.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

211. O quadro de servidores é composto por muitos comissionados¹¹¹ e atualmente **não há servidor efetivo na área fim** (há efetivos apenas na área meio: administração, contabilidade, recursos humanos)¹¹². Para sanear parte dessa questão, o Tribunal já atuou no sentido indicar a necessidade de concurso público para provimento de cargos efetivos nos quadros do Jardim Zoológico¹¹³:

Decisão nº 3169/2022: “III. determinar à SEEC/DF e à FJZB que: a) continuem adotando as providências necessárias à conclusão dos procedimentos para realização do regular concurso público para provimento de cargos efetivos dos quadros da FJZB, atuando em conjunto para proceder à necessária adequação normativa que contemple as especialidades de **Médico Veterinário, Biólogo e Zootecnista** entre os cargos previstos para a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental, não especificadas na Portaria SEEC/DF nº 38, de 9 de fevereiro de 2021; e encaminhem a esta casa, no prazo de 90 (noventa) dias, detalhamento das providências tomadas visando à realização do certame; b) no mesmo prazo de 90 (noventa) dias, encaminhem em conjunto um plano de ação com a especificação das atividades a serem executadas, acompanhado de cronograma e responsáveis, a fim de se solucionarem as irregularidades relacionadas à ausência de servidores públicos efetivos na FJZB, para o desempenho de suas atribuições;” (grifou-se)

212. Nesse sentido, a FJZB reportou a realização do Concurso Público nº 01/2022 – PPGG, para preenchimento de vagas para o cargo de Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental – Especialidade Políticas Públicas e Gestão Governamental, que contempla entre as diversas áreas de atuação, as especialidades de Biólogo, Médico Veterinário e Zootecnista¹¹⁴.

213. Dessa maneira, o provimento dos cargos para o Jardim Zoológico, tanto para a área meio como para a área fim, será por meio da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental – PPGG. O concurso já foi homologado¹¹⁵, porém o **órgão ainda aguarda a nomeação dos aprovados**¹¹⁶.

214. A ausência desses servidores compromete a eficácia da gestão de negócios do Zoológico, uma vez que a execução de atividades ocorre predominantemente por servidores comissionados e mão de obra terceirizada. Não obstante o esforço desses colaboradores, a rotatividade é inerente ao perfil desses profissionais, impactando a cultura e clima organizacional, bem como o planejamento

¹¹¹ O percentual de ocupantes de cargos em comissão sem vínculo com administração é de 62%.

¹¹² PT_07.

¹¹³ Decisão nº 3429/2021 (e-DOC F4A33219) e Decisão nº 3169/2022 (e-DOC 7ED2C05).

¹¹⁴ Informação DIFIPE3 nº 34/2023 (e-DOC B11419AA).

¹¹⁵ Homologação publicada no DODF nº 170, de 09.09.2022, págs. 65/83.

¹¹⁶ Até a data de elaboração do presente relatório não houve nomeação de aprovados conforme consulta ao Diário Oficial do DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

institucional de médio e longo prazo (inexistente) e, por conseguinte, o alcance dos objetivos organizacionais.

215. Outro aspecto relevante é capacitação permanente dos servidores que atuam na área fim. Foi informado que o último treinamento foi ministrado pela Diretoria de Répteis, Artrópodes e Anfíbios, voltado para tratadores, supervisores e servidores que lidam com os animais:

- **25/01/2024** - Práticas de Biossegurança e manejo;
- **26/01/2024** - Manejo de Artrópodes.

216. O Zoológico informou a participação de 37 colaboradores, conforme lista de presença enviada¹¹⁷.

217. **Não houve informação a respeito da realização de cursos internos em 2023**, o que demonstra fragilidade no treinamento e necessidade de atualização da equipe. Importante registrar que profissionais treinados estão mais aptos a lidar com emergências, como cuidados veterinários especializados, contribuindo para a saúde geral dos animais do zoológico.

218. Quanto ao planejamento futuro, o zoológico informou a respeito de curso voltado para colaboradores e servidores que atuam nos cuidados e manejos dos animais, abrangendo os seguintes temas: informações sobre grupo e base evolutiva; manejo e alimentação; contenção, condicionamento, segurança e saúde; recintos; bem-estar animal; atendimentos veterinários. O curso será ofertado pelos Diretores e Gerentes da Superintendência de Pesquisa e Conservação - SUCOP e terá carga horária de 20 horas¹¹⁸.

219. Em que pese haver iniciativas voltadas para resolução da lacuna de força de trabalho efetiva na área fim e para a capacitação de cuidadores de animais, na prática, ainda não houve resultados quanto à nomeação de servidores e as ações de capacitação são incipientes. Para fins de capacitação, importante registrar que também é viável a realização de parcerias com instituições educacionais ou profissionais especializados para ministrar workshops e palestras específicas.

3.3.3 Causas

220. São causas do presente achado:

- Morosidade do GDF em prover os cargos efetivos junto à FJZB, tendo em vista que já houve determinação nesse sentido, conforme Decisão nº 3169/2022; e
- Inércia do gestor em promover a capacitação dos servidores envolvidos na área fim, bem como dos demais funcionários que interagem diariamente com os animais.

3.3.4 Considerações dos jurisdicionados

¹¹⁷ DA_22. Informação da participação apenas da data de 26/01/2024.

¹¹⁸ DA_22, e-DOC E91C2B5A.



221. A Secretaria de Estado de Economia – SEEC, por meio da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa - SEGEA, se manifestou tempestivamente¹¹⁹ por meio do Ofício nº 3613/2024 – SEEC/GAB e anexo¹²⁰.

222. A Secretaria esclareceu que houve a nomeação de 220 candidatos aprovados para o cargo de Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental, conforme publicado no DODF nº 79, de 25 de abril de 2024, os quais foram distribuídos entre 70 Gestores e 150 Analistas. Destes, **10 foram nomeados para compor o quadro de pessoal da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, sendo 6 servidores para a área fim e 4 servidores para a área meio**¹²¹.

223. Reportou ainda que está em trâmite pleito referente à nova nomeação de candidatos da carreira com o fito de substituir candidatos cujas nomeações foram tornadas sem efeito por solicitação de final de fila, não comparecimento em tempo hábil para posse ou desistência definitiva¹²².

224. Destacou ainda que Pasta busca assegurar que os referidos cargos sejam efetivamente providos na quantidade mencionada e que concorreu, no escopo de sua competência, para mitigar a problemática envolvendo a falta de pessoal no âmbito da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. Todavia, frisou que não é competência da unidade técnica (SEGEA) emitir informações sobre previsão de nomeação.

225. Por seu turno, FJZB esclareceu que na recente nomeação apenas 5 servidoras da área fim tomaram posse (2 servidoras na especialidade de biologia, 1 servidora na especialidade de medicina veterinária e 2 servidoras na área de zootécnica). Entretanto a servidora que tomou posse na especialidade de medicina veterinária foi exonerada a pedido em 21.06.2024.

226. No que tange aos treinamentos periódicos, esclareceu-se que dar-se-ão mediante necessidade e após implantação do Plano de segurança. O jurisdicionado listou atividades de capacitação realizadas por servidores entre março e junho do corrente ano.

3.3.5 Posicionamento da equipe de inspeção

227. Observa-se que de fato houve a nomeação de 10 servidores para atuação junto à Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

228. Nesse sentido, em pesquisa a processos no sistema SEI, a equipe identificou que dentre os 10 nomeados (6 cargos destinados à área fim e 4 relativos à

¹¹⁹ O relatório Prévio de Inspeção foi recebido no órgão em 10.06.2024 conforme recibo de entrega constante peça nº 26 (e-DOC 74D56DDE). Os esclarecimentos do gestor são datados de 25.06.2024.

¹²⁰ Peça nº 30 (e-DOC 86DC12A1) e peça nº 29 (e-DOC 3BB87BDA, fls. 118 a 127), respectivamente.

¹²¹ A nomeação consta à fl. 32 do Diário Oficial supramencionado.

¹²² Peça nº 29 (e-DOC 3BB87BDA), fls. 120 a 122.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

área meio), não tomaram posse uma candidata para a especialidade de Gestão Governamental e uma candidata para a especialidade de Medicina Veterinária¹²³.

229. Além disso, em pesquisa ao DODF, também foi verificado que uma servidora recém nomeada no cargo de Gestão Governamental foi cedida para a Controladoria-Geral do Distrito Federal¹²⁴.

230. Destaca-se que falta de servidores na área meio é apontada pelo próprio Zoológico como uma das causas para a ineficiência dos seus processos licitatórios. Em relação à área finalística, haja vista que os cargos de médico veterinário não foram preenchidos, é de suma importância envidar esforços no sentido de provê-los.

231. Não cabe à FJZB nomear candidatos aprovados, mas sim ao Poder Executivo. Nesse sentido, as medidas até então implementadas pela SEEC não foram suficientes para sanear completamente a problemática apontada no achado, o que justifica a manutenção do alerta proposto no Relatório Prévio, com adaptações.

232. Com relação à capacitação de servidores, embora o jurisdicionado tenha listado atividades de capacitação realizadas entre março e junho do corrente ano, há ainda a necessidade de um programa sistemático e contínuo de treinamento.

3.3.6 Propostas de encaminhamento

233. Propõe-se alertar a SEEC para a necessidade de adotar providências necessárias para o provimento de cargos efetivos dos quadros da FJZB (especialidades de Médico Veterinário, Biólogo e Zootecnista), conforme já determinado por esta Corte na Decisão nº 3169/2022.

234. Propõe-se, ainda, determinar à FJZB a elaboração e implementação de um programa de treinamento contínuo dos servidores, visando aprimorar a capacitação dos funcionários que lidam com a gestão dos animais e com a estratégia do negócio, mediante cronograma regular de cursos que abordem temas ligados à visão estratégia (ameaças e oportunidades na gestão, visão de futuro), gestão de risco, comportamento animal, técnicas de manejo, primeiros socorros veterinários, normas de segurança, alinhados com as melhores práticas de bem-estar animal, entre outros temas relevantes para o eficaz desempenho das atividades.

IV. PROPOSIÇÕES

¹²³ E-DOC 87BBC7E6-e. O documento foi extraído do processo SEI nº 00196-00000805/2024.

¹²⁴ DODF nº 120, de 26 de junho de 2024, autoriza a cessão da servidora FERNANDA SANTORO NOGUEIRA, matrícula nº 284.798-1, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB), para ter exercício no cargo público de natureza especial, símbolo CPE-07, de Assessora Especial, da Diretoria Estratégica de Gestão de Pessoas, da Coordenação de Gestão de Pessoas, da Subcontroladoria de Gestão Interna, da Controladoria-Geral do Distrito Federal(...).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

235. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:
- I. tomar conhecimento:
 - a) deste Relatório Final de Inspeção nº 01/2024-DIAFI;
 - b) da Matriz de Achados;
 - c) das manifestações dos jurisdicionados (peças nºs 29 a 35);
 - II. Determinar à Fundação Jardim Zoológico que adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, das providências adotadas:
 - a) elabore plano de manutenção e conservação das estruturas físicas disponíveis aos animais sob sua custódia, com o levantamento das fragilidades existentes, das necessidades, dos custos envolvidos e prioridades de intervenção (achado 1);
 - b) efetue levantamento das situações que demandem modificações estruturantes nos recintos dos animais sob custódia (tais como mudanças de local e/ou novas construções), bem como adote medidas para inclusão no planejamento governamental de curto e médio prazo com vista à execução dessas obras (achado 1);
 - c) realize diagnóstico completo da infraestrutura das instalações do zoológico de forma a orientar o planejamento de manutenção, devendo, preferencialmente, conter: i) inventário das instalações e equipamentos (quantitativos e especificações); ii) registro atualizado das manutenções realizadas; iii) avaliação do estado de conservação da infraestrutura e dos elementos inventariados; iv) estimativa de custos de manutenção; e v) indicação das prioridades de intervenção (achado 1);
 - d) mantenha intercâmbio com outros zoológicos do Brasil, de modo a identificar boas práticas de gestão e de manutenção dos recintos dos animais, além de identificar fontes adicionais de receita para suportar e/ou patrocinar os investimentos necessários, a exemplo de parcerias com instituições educacionais, organizações sem fins lucrativos ou empresas privadas (achado 1);
 - e) elabore planejamento estratégico e operacional, de modo a orientar a entidade na busca de melhores resultados institucionais, identificando oportunidades e fragilidades e, ainda, estabelecendo visão de futuro, objetivos estratégicos, iniciativas e prioridades institucionais, indicadores de desempenho, entre outros elementos que propiciem o fortalecimento da governança institucional (achado 1);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

- f) institua, com suporte da Controladoria-Geral do DF, política de gestão de riscos no âmbito da entidade, com o objetivo de evitar e/ou mitigar os riscos envolvidos com a fragilidade de manutenção e conservação das estruturas físicas disponíveis aos animais, bem como em outras atividades relevantes, a fim de obter qualidade no gasto público e agregar valor à gestão, em observância às diretrizes da governança pública estabelecidos pelo Decreto nº 39.736/2019 (achado 1);
- g) adote providências para a melhoria da infraestrutura do hospital veterinário do zoológico, mediante levantamento das necessidades mínimas para operação satisfatória da unidade (instalações, equipamentos e recursos humanos), acompanhado de custos, prazos e prioridades de implementação, a fim de subsidiar a tomada de decisão das medidas a serem tomadas, sem esquecer de traçar objetivos e metas mais imediatos, para que os animais não fiquem desassistidos até a conclusão dessa etapa que demanda tempo significativo para conclusão (achado 3);
- h) elabore planejamento estratégico e operacional, de modo a orientar a entidade na busca de melhores resultados institucionais, identificando oportunidades e fragilidades e, ainda, estabelecendo visão de futuro, objetivos estratégicos, iniciativas e prioridades institucionais, indicadores de desempenho, entre outros elementos que propiciem o fortalecimento da governança institucional (achado 3);
- i) promova melhoria do processo de contratação de serviços e compra de material hospitalar destinado ao hospital veterinário, acompanhado de capacitação dos servidores, de modo a suprimir as frequentes correções em termos de referências e/ou editais; aumentar a coordenação entre as unidades envolvidas; obter informações gerenciais atualizadas; disponibilizar crédito orçamentário suficiente, garantir que as licitações sejam concluídas em tempo razoável (achado 3);
- j) institua, com o suporte da Controladoria-Geral do DF, política de gestão de riscos no âmbito da entidade, com o objetivo de evitar e/ou mitigar os riscos envolvidos com a morosidade na contratação de serviços, medicamentos e demais insumos hospitalares destinados ao atendimento médico veterinário dos animais, a fim de melhorar o controle e celeridade dessas contratações, garantindo qualidade no gasto público, em observância às diretrizes da governança pública estabelecidos pelo Decreto nº 39.736/2019 (achado 3);
- k) desenvolva ações para retomar a utilização de prontuário eletrônico dos animais atendidos pelo hospital veterinário do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

- zoológico, implementando previamente medidas para assegurar a integridade, controle de acesso, rastreabilidade, histórico de alterações e segurança dos dados dos animais sob custódia do zoológico (achado 3);
- l) adote medidas com vistas à reforma e modernização do biotério, com a urgência que o caso requer, em razão do precário estado de conservação do ambiente (achado 4);
 - m) implemente planejamento de aquisições gêneros alimentícios para o curto e médio prazo destinados aos animais, considerando as necessidades nutricionais específicas de cada espécie, bem como capacite os servidores responsáveis pela execução e gerenciamento da atividade, para garantir o bem-estar dos animais e otimizar o gerenciamento de recursos (achado 4);
 - n) adote medidas, com a urgência que o caso requer, para revisão do sistema de escoamento da água utilizada na lavagem de recintos, bem como garanta a disponibilidade de água com qualidade para os animais, de modo reverter o cenário de contaminação e de risco para a saúde dos animais, avaliando, se for o caso, a realocação temporária de animais e/ou instalação de fontes adicionais de água entre outras medidas (achado 4);
 - o) adote medidas, com a urgência que o caso requer, para elaboração de plano de contenção de animais em situações de evasão, mediante a designação de equipe que inclua profissionais especializados em comportamento animal e segurança; identificação de rotas de fuga seguras para os usuários; definição de procedimentos específicos para a contenção eficiente em diferentes cenários de emergência; estabelecimento de protocolos de comunicação claros para informar o público e as autoridades competentes durante emergências (achado 5);
 - p) realize treinamentos periódicos com a equipe de funcionários para garantir familiaridade e eficácia na execução do plano de contenção de fuga de animais (achado 5);
 - q) adote medidas, com a urgência que o caso requer, para garantir a aquisição de equipamentos destinados à contenção e segurança em caso de fuga de animais, bem como a definição de locais e de procedimentos de controle de uso e de armazenamento desses bens (achado 5);
 - r) elaborar e implementar de um programa de treinamento contínuo dos servidores, visando aprimorar a capacitação dos funcionários que lidam com a gestão dos animais e com a estratégia do negócio, mediante cronograma regular de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA E DE PROGRAMAS

cursos que abordem temas ligados à visão estratégia (ameaças e oportunidades na gestão, visão de futuro), gestão de risco, comportamento animal, técnicas de manejo, primeiros socorros veterinários, normas de segurança, alinhados com as melhores práticas de bem-estar animal, entre outros temas relevantes para o eficaz desempenho das atividades (achado 6);

- III. Determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que adote medidas com vistas à continuidade da construção do novo canil do Grupo de Busca e Salvamento, incluindo na contratação a ampliação e/ou construção de alojamentos masculino e feminino adequados destinado aos bombeiros militares lotados no Batalhão, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, das providências adotadas (achado 2);
- IV. Determinar à Polícia Militar do Distrito federal que adote medidas com vistas à manutenção, reforma e/ou ampliação dos alojamentos destinados aos policiais militares lotados no Batalhão de Policiamento com Cães - BPCães, de modo a propiciar condições adequadas à força de trabalho, alocando recursos orçamentários com vistas à execução dessas obras, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, das providências adotadas; (achado 2)
- V. Alertar a SEEC para a necessidade de adotar providências necessárias para o provimento de cargos efetivos dos quadros da FJZB (especialidades de Médico Veterinário, Biólogo e Zootecnista), conforme já determinado por esta Corte na Decisão nº 3169/2022 (achado 5).
- VI. Autorizar:
 - a) a remessa do presente Relatório aos jurisdicionados;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública - SEMAG, para as providências cabíveis.

À superior consideração.

Assinatura eletrônica
Diogo dos Santos Coelho
ACE - Mat. 1495-7

Assinatura eletrônica
Cibele de Oliveira Lemos
ACE - Mat. 1842-0



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5391, de 14/08/2024

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: 00600-00015996/2023-84-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 00600-00015996/2023-84-e

RELATOR(A) : Conselheiro ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

EMENTA : Inspeção realizada no âmbito da PMDF (Batalhão de Policiamento com Cães – BPCães), do CBMDF (Canil do Grupamento de Busca e Salvamento - GBS) e da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, durante os meses de dezembro de 2023 a abril de 2024, com o objeto de fiscalizar o bem-estar animal no Distrito Federal, compreendendo a avaliação da adequada custódia e manutenção de equipamentos públicos para cuidados animais, com o objetivo de subsidiar a análise de Contas Anuais do Governo, referente ao exercício de 2023.

DECISÃO Nº 2981/2024

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório Final de Inspeção nº 01/2024-DIAFI; b) da Matriz de Achados; c) das manifestações dos jurisdicionados (Peças nºs 29 a 35); II – determinar à Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB que adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, das providências adotadas: a) elabore plano de manutenção e conservação das estruturas físicas disponíveis aos animais sob sua custódia, com o levantamento das fragilidades existentes, das necessidades, dos custos envolvidos e prioridades de intervenção (achado 1); b) efetue levantamento das situações que demandem modificações estruturantes nos recintos dos animais sob custódia (tais como mudanças de local e/ou novas construções), bem como adote medidas para inclusão no planejamento governamental de curto e médio prazo com vista à execução dessas obras (achado 1); c) realize diagnóstico completo da infraestrutura das instalações do zoológico de forma a orientar o planejamento de manutenção, devendo, preferencialmente, conter: i) inventário das instalações e equipamentos (quantitativos e especificações); ii) registro atualizado das manutenções realizadas; iii) avaliação do estado de conservação da infraestrutura e dos elementos inventariados; iv) estimativa de custos de manutenção; v) indicação das prioridades de intervenção (achado 1); d) mantenha intercâmbio com outros zoológicos do Brasil, de modo a identificar boas práticas de gestão e de manutenção dos recintos dos animais, além de identificar fontes adicionais de receita para suportar e/ou patrocinar os investimentos necessários, a exemplo de parcerias com instituições educacionais, organizações sem fins lucrativos ou empresas privadas (achado 1); e) elabore planejamento estratégico e operacional, de modo a orientar a entidade na busca de melhores resultados institucionais, identificando oportunidades e fragilidades e, ainda, estabelecendo visão de futuro, objetivos estratégicos, iniciativas e prioridades institucionais, indicadores de desempenho, entre outros elementos que propiciem o fortalecimento da governança institucional (achado 1); f) institua, com suporte da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, política de gestão de riscos no âmbito da entidade, com o objetivo de evitar e/ou mitigar os riscos envolvidos com a fragilidade de manutenção e conservação das estruturas físicas disponíveis aos animais, bem como em outras atividades

relevantes, a fim de obter qualidade no gasto público e agregar valor à gestão, em observância às diretrizes da governança pública estabelecidos pelo Decreto nº 39.736/2019 (achado 1); g) adote providências para a melhoria da infraestrutura do hospital veterinário do zoológico, mediante levantamento das necessidades mínimas para operação satisfatória da unidade (instalações, equipamentos e recursos humanos), acompanhado de custos, prazos e prioridades de implementação, a fim de subsidiar a tomada de decisão das medidas a serem tomadas, sem esquecer de traçar objetivos e metas mais imediatos, para que os animais não fiquem desassistidos até a conclusão dessa etapa que demanda tempo significativo para conclusão (achado 3); h) elabore planejamento estratégico e operacional, de modo a orientar a entidade na busca de melhores resultados institucionais, identificando oportunidades e fragilidades e, ainda, estabelecendo visão de futuro, objetivos estratégicos, iniciativas e prioridades institucionais, indicadores de desempenho, entre outros elementos que propiciem o fortalecimento da governança institucional (achado 3); i) promova melhoria do processo de contratação de serviços e compra de material hospitalar destinado ao hospital veterinário, acompanhado de capacitação dos servidores, de modo a suprimir as frequentes correções em termos de referências e/ou editais; aumentar a coordenação entre as unidades envolvidas; obter informações gerenciais atualizadas; disponibilizar crédito orçamentário suficiente, garantir que as licitações sejam concluídas em tempo razoável (achado 3); j) institua, com o suporte da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, política de gestão de riscos no âmbito da entidade, com o objetivo de evitar e/ou mitigar os riscos envolvidos com a morosidade na contratação de serviços, medicamentos e demais insumos hospitalares destinados ao atendimento médico veterinário dos animais, a fim de melhorar o controle e celeridade dessas contratações, garantindo qualidade no gasto público, em observância às diretrizes da governança pública estabelecidos pelo Decreto nº 39.736/2019 (achado 3); k) desenvolva ações para retomar a utilização de prontuário eletrônico dos animais atendidos pelo hospital veterinário do zoológico, implementando previamente medidas para assegurar a integridade, controle de acesso, rastreabilidade, histórico de alterações e segurança dos dados dos animais sob custódia do zoológico (achado 3); l) adote medidas com vistas à reforma e modernização do biotério, **com a urgência que o caso requer**, em razão do precário estado de conservação do ambiente (achado 4); m) implemente planejamento de aquisições gêneros alimentícios para o curto e médio prazo destinados aos animais, considerando as necessidades nutricionais específicas de cada espécie, bem como capacite os servidores responsáveis pela execução e gerenciamento da atividade, para garantir o bem-estar dos animais e otimizar o gerenciamento de recursos (achado 4); n) adote medidas, com a urgência que o caso requer, para revisão do sistema de escoamento da água utilizada na lavagem de recintos, bem como garanta a disponibilidade de água com qualidade para os animais, de modo a reverter o cenário de contaminação e de risco para a saúde dos animais, avaliando, se for o caso, a realocação temporária de animais e/ou instalação de fontes adicionais de água entre outras medidas (achado 4); o) adote medidas, com a urgência que o caso requer, para elaboração de plano de contenção de animais em situações de evasão, mediante a designação de equipe que inclua profissionais especializados em comportamento animal e segurança; identificação de rotas de fuga seguras para os usuários; definição de procedimentos específicos para a contenção eficiente em diferentes cenários de emergência; estabelecimento de protocolos de comunicação claros para informar o público e as autoridades competentes durante emergências (achado 5); p) realize treinamentos periódicos

com a equipe de funcionários para garantir familiaridade e eficácia na execução do plano de contenção de fuga de animais (achado 5); q) adote medidas, com a urgência que o caso requer, para garantir a aquisição de equipamentos destinados à contenção e segurança em caso de fuga de animais, bem como a definição de locais e de procedimentos de controle de uso e de armazenamento desses bens (achado 5); r) elabore e implemente um programa de treinamento contínuo dos servidores, visando aprimorar a capacitação dos funcionários que lidam com a gestão dos animais e com a estratégia do negócio, mediante cronograma regular de cursos que abordem temas ligados à visão estratégica (ameaças e oportunidades na gestão, visão de futuro), gestão de risco, comportamento animal, técnicas de manejo, primeiros socorros veterinários, normas de segurança, alinhados com as melhores práticas de bem-estar animal, entre outros temas relevantes para o eficaz desempenho das atividades (achado 6); III – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF que adote medidas com vistas à continuidade da construção do novo canil do Grupo de Busca e Salvamento, incluindo na contratação a ampliação e/ou construção de alojamentos masculino e feminino adequados, destinados aos bombeiros militares lotados no Batalhão, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, das providências adotadas (achado 2); IV – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF que adote medidas com vistas à manutenção, reforma e/ou ampliação dos alojamentos destinados aos policiais militares lotados no Batalhão de Policiamento com Cães - BPCães, de modo a propiciar condições adequadas à força de trabalho, alocando recursos orçamentários com vistas à execução dessas obras, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, das providências adotadas (achado 2); V – alertar a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC para a necessidade de adotar providências para o provimento de cargos efetivos dos quadros da FJZB (especialidades de Médico Veterinário, Biólogo e Zootecnista), conforme já determinado por esta Corte na Decisão nº 3169/2022 (achado 5); VI – autorizar: a) a remessa do Relatório Final de Inspeção nº 01/2024-DIAFI aos jurisdicionados; b) o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública - SEMAG, para as providências cabíveis.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram a Conselheira ANILCÉIA MACHADO e os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e ANDRÉ CLEMENTE e o Conselheiro-Substituto VINÍCIUS FRAGOSO. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausentes o Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, e o Conselheiro RENATO RAINHA.

SALA DAS SESSÕES, 14 de agosto de 2024

João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões

Manoel Paulo de Andrade Neto
Conselheiro